HABITAR OS CENTROS HISTÓRICOS

XVII ENCONTRO NACIONAL DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO

GUIMARÃES

8 – 10 NOV. 2018

PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE **GUIMARÃES**

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO

HABITAR OS CENTROS HISTÓRICOS

XVII ENCONTRO NACIONAL DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO

GUIMARÃES

8 – 10 NOV. 2018

PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA

O XVII Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico decorrerá em Guimarães entre 8 e 10 de novembro de 2018.

"Habitar os Centros Históricos" dá o mote para um Encontro onde se pretende dar a conhecer e discutir políticas, ideias e práticas aplicadas. Considera-se oportuno o momento para avaliar o modo como estão a ser habitados os centros históricos. Das políticas de habitação ao uso do espaço público, pretende-se um cruzamento de contributos para a gestão do património comum Cidade.
Ao longo de dois dias, decorrerá nos Paços dos Duques de Bragança e terminará com uma visita guiada ao centro histórico de Guimarães no terceiro e último dia do Encontro.

FOTOGRAFIA DE **LUÍS VAZ, CM GUIMARÃES**

PROGRAMA

8 NOVEMBRO — SALA A

9:00 Recepção aos participantes
9:30 Sessão de abertura
Domingos Bragança, Presidente da CMG
Maria Joaquina Matos, Presidente da APMCH
José Miguel Noras, Presidente do Conselho de Curadores dos Centros Históricos
10:00 Políticas de Habitação
Alexandra Gesta, IHRU
10:20 Turismo e Habitação nos Centros Históricos
Luís Araújo, Turismo de Portugal
10:40 O Mercado da Habitação nos Centros Históricos
Luís Lima, APEMIP
11:00 Pausa para café
11:20 Gestão do Património Habitacional enquanto Património Cultural
Agostinho Ribeiro, DRCN
11:40 Cidades Património Mundial – Novos critérios de avaliação
Soraya Genin, ICOMOS Portugal
12:00 Guimarães, Património Mundial
Ricardo Rodrigues, CM Guimarães
12:20 Lisboa
CM Lisboa (orador a designar)
12:40 Debate
13:00 Almoço volante nos claustros

14:00 Visita guiada à Zona de Couros
Ricardo Rodrigues
16:15 Políticas de Habitação
Ana Pinho, Secretária de Estado da Habitação
16:40 Debate
17:00 Pausa para café
17:20 O direito à dimensão existencial nas cidades, Uma proposta a partir dos processos de reabilitação no Centro Histórico de Évora
Susana Mourão, CM Évora
17:40 Reabilitar para viver, Centro Histórico de Bragança
Esmeralda Aragão e Carlos Fernandes, CM Bragança
18:00 Habitar Tomar, várias esc alas de intervenção
Paulo Diogo, CM Tomar
18:20 Habitar o Centro Histórico de Tavira: balanços e desafios (2008 – 2018)
João Pedro Rodrigues, CM Tavira
18:40 Debate e encerramento

9 NOVEMBRO — SALA A

10:10 Salvaguarda e Reabilitação Centro Histórico da Cidade de Braga: habitar, utilizar, fruir
Miguel Bandeira, Pedro Lopes, CM Braga
10:30 Estratégia de intervenção no património: o Centro Histórico de Braga
Miguel Bandeira, Manuel Ferreira, CM Braga
10:50 Habitar Monsaraz, O espírito do lugar
Jorge Nunes, Monsaraz
11:10 Vivenciar o futuro de Angra
Raquel Ferreira, CM Angra do Heroísmo
11:30 Pausa para café
11:50 Plano de mobilidade sustentável da cidade da Ribeira Grande
Alexandre Gaudêncio, CM Ribeira Grande
12:10 O espaço histórico de Faro e a transformação dos edifícios de habitação
Teresa Valente e Patrícia Malobbia, CM Faro
12:30 "Memórias habitadas": (Re) descoberta do Património, Edificado do núcleo antigo da Lousã e da sua identidade
Henriqueta Oliveira e Patrícia Lima, CM Lousã
J. Mendes Silva e Catarina Mouraz, UC
12:50 MUV – Mobilidade Urbana de Viseu
Fernando Marques, SRU – Viseu
13:10 Projeto "Viseu Património": investigação aplicada ao serviço de valorização do Centro Histórico
Raimundo Mendes da Silva, Catarina Mouraz e António Bettencourt, UC
Vanessa Almeida, IPN
13:30 Debate (moderação ?)
13:50 Almoço volante nos claustros

15:00 Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades
Helena Roseta, Deputada da Assembleia da República
15:20 A dinâmica do Centro Histórico na Cidade de Loulé: casos práticos
Sofia Pontes, CM Loulé
15:40 Habitação e Reabilitação Urbana, encosta de S. Vicente – Torres Vedras
André Baptista e Carlos Figueiredo, CM Torres Vedras
16:00 Pausa para café
16:20 Villa de Adro, A origem do povoamento urbano de Viana do Castelo
Miguel Costa, Jorge Machado e Tiago Almeida, CM Viana do Castelo
16:40 Novos programas, velhas construções
Tiago Castro, CM Viana do Castelo
17:00 Centro Histórico de Trancoso: Património com ruínas e futuro
Maria João Gregório, CM Trancoso
17:20 Habitação e novos paradigmas, Projetos de habitação e respetiva reconversão
Sofia Costa Gomes, CM Chaves
17:40 Debate e encerramento

9 NOVEMBRO — SALA B

10:10 Os valores habitam os Centros Históricos
Vanessa Pires de Almeida
10:30 Habitação nos Centros Históricos, autenticidade e valor cultural do património
Sérgio Infante
10:50 A reabilitação do edificado habitacional no Centro Histórico de Viana do Castelo
Ana Patrícia Correia
11:10 Debate
11:30 Pausa para café
11:50 Património residencial classificado – e a classificar – em Guimarães
Ana Motta Veiga, José Aguiar
12:10 Políticas socais de habitação na contemporaneidade
Jéssica Barreto
12:30 Cultura e desenvolvimento urbano: sobre discursos e evidências na cidade do Porto
Patrícia Braz
12:50 Cultura e criatividade no desenvolvimento de pequenos e médios centros urbanos
Elisabete Tomaz
13:10 Debate
13:30 Almoço volante nos claustros

16:20 Habitar (n)o Centro Histórico do Porto
Ana Tarrafa Silva, Teresa Ferreira
16:40 Reutilização adaptativa en centro históricos
Teresa Bermúdez de la Puente
17:00 A logística urbana e a vivência nos centros históricos, LOOP – Sistema de gestão de logística urbana
Ricardo Félix, LOGISTEMA
17:20 O Sistema PAYT no Centro Histórico de Guimarães
Sofia Ferreira e Dalila Sepúlveda, CM Guimarães
17:40 Debate

10 NOVEMBRO

10:00 Visita Guiada ao Centro Histórico e à Casa dos Artistas (duração 1,5h)
Margarida Morais, CM Guimarães
Fátima Fernandes e Michele Cannatà

CURRÍCULOS . COMUNICAÇÕES

ALEXANDRA GESTA
Presidente do Conselho Diretivo do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
Habilitações académicas: Licenciatura em Arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1987. Percurso profissional: Integrou a equipa do S.A.A.L. – Serviço Ambulatório de Apoio Local – do Fundo de Fomento à Habitação (1974-1976), em Gondomar (bairros clandestinos da Bela Vista e bairros mineiros de S. Pedro da Cova). Ingressa na Câmara Municipal de Guimarães, em 1980. Em 1983, é-lhe atribuída a responsabilidade da criação do Gabinete do Centro Histórico. Durante aproximadamente 25 anos dirige o projeto de recuperação desta área, que culmina com a classificação do Centro Histórico a Património Cultural da Humanidade, em 2001, processo do qual foi responsável. Durante a direção técnica do Gabinete, este recebe diversos prémios nomeadamente: o Prémio Real Fundação de Toledo, o Prémio Nacional de Arquitectura/Reabilitação pela Associação dos Arquitetos Portugueses, e diversos prémios atribuídos pelo IHRU. Este Gabinete, de 1983 a 1989, tem a assessoria do Sr. Arq. Fernando Távora, que recebe, em 1986, o Prémio Europa Nostra pela Casa da Rua Nova. Esta foi escola de projeto diário que teve o privilégio de frequentar. Em 2009, é eleita para o executivo da Câmara Municipal de Guimarães como independente na lista vencedora. Coordenou os projetos para a Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012 e funda o gabinete MAPa2012. Nesse âmbito viabiliza politicamente uma experiência laboratorial de atuação patrimonial em todo o concelho, cuja intervenção vai desde a renovação no bairro do IHRU, agora designado Bairro Ágatha Ruiz de la Prada, até à concretização de um lugar identitário em torno da recuperação de um moinho. Em 2014, é nomeada responsável pela proposta de classificação da Zona de Couros, em Guimarães, como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, que em 2016 foi inscrita na Lista Indicativa. Em 2017, é eleita Presidente do Conselho Disciplinar Nacional da Ordem dos Arquitetos. É também membro do ICOMOS – International Council on Monuments and Sites, e colabora com a INTA – International Urban Development Association. Participou em várias assessorias técnicas e conferências em África, Ásia, América do Sul e Europa, tanto como organizadora, como convidada, no âmbito do património no sentido mais lato do termo, desde as pessoas, costumes, construção, tradições e eco-sistemas. Até à data, estão publicados 37 artigos da sua autoria, com diferentes abordagens ao tema das áreas antigas e seu complementar território. Em 18 de Maio de 2018 é-lhe atribuído o Prémio "Memória e Identidade" pela APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico.
"Se um dia hei-de ser pó, cinza e nada
que seja a minha vida uma alvorada
que eu saiba perder...
para me encontrar..."
Alterado do poema "Amar" de Florbela Espanca.

LUÍS ARAÚJO
Presidente do Turismo de Portugal
Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com diversas especializações em hotelaria pela Universidade de Cornell. De 1996 a 2001, tornou-se Assessor Jurídico no Grupo Pestana. De 2001 a 2005, foi Assessor da Administração para novos projetos, membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente na América do Sul, onde foi também responsável pela área de desenvolvimento e operações na sucursal do Grupo Pestana no Brasil. De 2005 a 2007, foi Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo no XVII Governo Constitucional. Foi depois, de 2007 a 2011, responsável pelas áreas de Recursos Humanos, Comunicação e Marketing, TI e Compras, bem como pela área de novos projetos na América do Sul do Grupo Pestana. Foi membro do Conselho de Administração do Grupo Pestana, responsável pelas operações hoteleiras da América Hispânica, com hotéis na Argentina, Venezuela, Colômbia, Cuba e Uruguai, e pelo desenvolvimento do Grupo no mesmo continente. Foi também responsável pelo departamento de Sustentabilidade do Grupo desde a sua criação em 2009. É Presidente do Turismo de Portugal desde fevereiro de 2016.

LUÍS LIMA
Presidente da APEMIP – Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal
Luís Lima é gestor de formação e empresário há mais de 30 anos, sendo administrador de empresas de mediação imobiliária em Portugal e no Brasil, e de uma empresa de vinhos, há vários anos pertença da família, onde iniciou a sua vida profissional, tendo então à sua responsabilidade a gestão dos recursos humanos. Lidera, desde 2009, os destinos da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP). Foi mentor da criação, em 2010, da Confederação da Construção e do Imobiliário de Língua Oficial Portuguesa (CIMLOP), a que preside desde então. Em 2011 foi eleito Personalidade Imobiliária do Ano pelo Salão Imobiliário de Portugal. É ainda Presidente da FIABCI Portugal e vicepresidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) e da Confederação Portuguesa da Construção e Imobiliário (CPCI). Preside ainda ao Conselho Estratégico do Salão Imobiliário de Portugal e à Comissão Organizadora do Salão Imobiliário do Porto.

O MERCADO DA HABITAÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS
Os centros históricos das cidades assistiram a um grande desenvolvimento motivado pela reabilitação urbana, que por sua vez foi incentivada pelo investimento estrangeiro que começou a verificar-se em Portugal desde 2013. Desde então que estas zonas que estavam em grande parte devolutas e votadas ao abandono, voltaram a ter um papel preponderante na dinamização das cidades por via do investimento feito na reabilitação destes ativos feita com dois objetivos essenciais: o da habitação própria ou da criação de uma alternativa de investimento com rentabilidade, por via do arrendamento urbano ou do alojamento local. Desta forma, os centros históricos voltaram a estar nos centros da dinamização económica das cidades, o que fez também com que houvesse uma valorização destas zonas, que nas principais cidades do país se fez de forma demasiado acelerada. No entanto, os preços começam agora a consolidar-se. Com a proposta de Orçamento de Estado para 2019, prevê-se mexidas no que respeita ao alojamento local, cujas consequências são ainda imprevisíveis, e dependerão da sua aplicação pelas autarquias correspondentes. No entanto, no centro dos problemas habitacionais, mantém-se o mesmo problema: a falta de oferta habitacional.

AGOSTINHO RIBEIRO
Assessor Principal da DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte
Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro. Formação académica e profissional: Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), pelo INA – Instituto Nacional de Administração (2006); Mestrado em Museologia e Património Cultural, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2002); Curso de Pós Graduação em Museologia Social, pelo Departamento de Ciências do Património da Universidade Lusófona (1993); Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1984); Curso do Magistério Primário, pela Escola do Magistério Primário de Lamego (1978). Atividade profissional: Diretor do Museu Grão Vasco (2014 à atualidade); Responsável pela Secção da Biblioteca, Arquivo e Centro de Documentação do Museu de Lamego (2012/2013); Diretor do Museu de Lamego (1992/2012); Diretor do Museu Grão Vasco (2008/2009); Administrador da Fundação Museu do Douro (2006/2011); Conservador e Assessor técnico e científico do Palácio de Mateus, Vila Real (2003/2005); Conservador e Assessor técnico e científico do Museu Municipal de Resende (2000/2006); Técnico Superior do Museu de Lamego (1986/1992); Monitor Principal do Museu de Lamego (1982/1986); Professor da Escola do Magistério Primário de Lamego (1979/1985); Professor do Ensino Básico (1978/1982), com Comissões de Serviço no Museu de Lamego (1979/1980).

SORAYA GENIN
Presidente do Conselho de Administração do ICOMOS Portugal – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Soraya de Fátima Mira Godinho Monteiro Genin, arquiteta pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (1990), mestre em Conservação Arquitetónica e Reabilitação Urbana (1995) e doutorada em Engenharia (2014) pela Universidade Católica de Leuven, Bélgica. Professora Auxiliar do ISCTE-IUL e investigadora do ISTAR-IUL, onde leciona na área de Tecnologias da Arquitetura desde 2002. Presidente do Conselho de Administração do ICOMOS-Portugal. Delegada Portuguesa do Comité Científico Internacional para a Pedra (ISCS) e do Comité Científico Internacional para a Teoria e Filosofia da Conservação e Restauro (Theophilos). Membro fundador da Sociedade Portuguesa de Estudos de História e da Construção (SPEHC). Sócia gerente e autora de vários projetos de Arquitetura e Conservação desenvolvidos no seio do seu gabinete constituído em 1999. Autora de diversas publicações e comunicações, desenvolve investigação na área da Conservação e Reabilitação de Edifícios e História da Construção.

RICARDO RODRIGUES
Município de Guimarães
Guimarães, 1977. Arquitecto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), pós-graduado (Curso de Estudos Avançados em Património Arquitetónico 2013/14) na FAUP onde desenvolve atualmente doutoramento. Exerce atividade na Câmara de Guimarães, como arquitecto municipal, desde 2001. Até 2009 integrou a equipa responsável pela coordenação da reabilitação do centro de Guimarães (Património Cultural da Humanidade da UNESCO desde 2001). Desenvolveu, simultaneamente, gestão urbanística, planeamento urbano, projeto acompanhamento de obra de edifícios e de espaços públicos. Destacam-se os espaços públicos da Zona de Couros, o Plano Geral CampUrbis, a reabilitação e reconversão da Fábrica Âncora (atual Centro de Ciência-Viva), a Casa Vitrus, a Reabilitação do Parque de Lazer das Taipas, entre muitos outros projetos e obras. Entre 2009 e 2012 foi o responsável técnico pela criação e implementação da equipa municipal MAPa2012. Atualmente é coordenador do Gabinete de Couros. Sítios Patrimoniais, equipa responsável pela candidatura da Zona de Couros à UNESCO. É regularmente convidado, por universidades portuguesas e estrangeiras, a partilhar a sua experiência profissional.

GUIMARÃES, PATRIMÓNIO MUNDIAL
Em 1983 iniciou-se um trabalho sistemático de intervenção na área de génese mais antiga da cidade de Guimarães. O objectivo fundamental era o de inverter um ciclo de degradação que estava em curso sem fim aparente como aliás ocorria um pouco por todo o país e por toda a Europa, designadamente nas cidades com "centros históricos". Ao longo dos anos desenvolveu-se uma actuação quotidiana de acompanhamento dos trabalhos em edifícios privados, complementados com investimentos públicos em espaços públicos e com a aquisição de edifícios por parte do Município. A transformação de um núcleo degradado e segregado numa nova realidade foi lenta, progressiva e "sem grandes sobressaltos". Em 2001 este trabalho mereceu louvor por parte do ICOMOS e da UNESCO e foi relevante para a inscrição do "Centro Histórico de Guimarães" na Lista de Património da Humanidade. Desde então muito tem mudado e a nossa visão sobre a dimensão cultural também. Parece-nos hoje claro que o "Centro Histórico de Guimarães" não pode ser entendido, enquanto valor cultural, sem considerar a relação umbilical entre o desenvolvimento da "vila" e os lugares do trabalho. Os lugares do trabalho do passado podem hoje contribuir para reforçar a atratividade do centro e a diversidade funcional da cidade. Neste contexto, a Zona de Couros constitui inequivocamente, do nosso ponto de vista, um Valor Universal Excepcional. O desafio será o de usar - ou antes, reutilizar - reconvertendo, reabilitando, transformando; a favor da Vida e da História da cidade. Estudando o Passado, ponderando o Presente, preparando o Futuro.

ANA PINHO
Secretária de Estado da Habitação
Licenciada em Arquitetura pela Escola Superior Artística do Porto em 2001, concluiu o Doutoramento em Planeamento Urbanístico na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa em 2009, tendo recebido o Prémio IHRU pela tese de doutoramento «Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais». Desenvolveu atividade de investigação no Laboratório Nacional de Engenharia Civil entre 2001 e 2012, nas áreas da reabilitação urbana, políticas territoriais e conservação do património. Entre 2004 e 2006 foi Assistente Convidada do curso de Arquitetura da Universidade de Évora e entre 2005 e 2006 na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Foi Professora Auxiliar do Mestrado Integrado de Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa entre 2011 e 2015, tendo coordenado o mesmo nos anos de 2013 e 2014. É autora e colaborou em diversas publicações científicas e técnicas, nas quais se incluem a coordenação do Guia Técnico de Reabilitação Habitacional, publicado pelo INH, e a coautoria do Guia dos Programas de Ação Territorial, publicado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Em 2009 foi Comissária da Carta Estratégica da Lisboa para as áreas da demografia e habitação. Foi coordenadora, entre 2012 e 2014, da iniciativa de voluntariado «Terra Amada», centrada na reabilitação e melhoria da qualidade de vida das populações em aldeias do interior de Portugal. Desempenhou funções de consultadoria para a Câmara Municipal de Lisboa, entre 2012 e 2015. Entre 2015 e 2016 foi consultora da Câmara Municipal de Viseu para as áreas da reabilitação urbana, conservação do património e políticas territoriais. Foi consultora da Augusto Mateus e Associados, entre 2015 e 2017, para as áreas das políticas urbanas e territoriais e política de coesão. Em fevereiro de 2017 assumiu funções como vogal do Conselho de Administração da Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A..

SUSANA MOURÃO
Município de Évora
Licenciada em Sociologia na Universidade de Évora (1994-2000); Pós-graduada em Design Urbano pelo Centro Português Design e Universidade Barcelona (2002), frequentou o Mestrado em Design Ambiental Urbano na Universidade de Barcelona (2004-2007), doutoranda em Estudos Urbanos, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, FCSH-UNL. Socióloga na Câmara Municipal de Évora desde 1998, colaborou no Plano Estratégico Cultural do Concelho de Évora 1998-2000, em 2001-2002 integrou o Departamento Centro Histórico de Évora, Património e Cultura, para a coordenação do estudo, planeamento e implementação do programa REHABITA (2001-2012), colaborou no Plano de Gestão Centro Histórico de Évora 2009, Coordena o Plano Local de Habitação para o Concelho de Évora desde 2014, Gerente na empressa Municipal Habévora desde 2014. Desde 2005 trabalha em video para a produção de documentos em investigação social, nomeadamente em torno das questões do lugar com a colaboração de Marta Galvão Lucas, sobre os moradores e a reabilitação das suas casas, no Centro Histórico de Évora. Professora convidada para aulas abertas em torno do direito à dimensão existencial nas cidades (FAUL-UL, FCSH-UNL, UE) e leccionou Sociologia Arte (2016 I 2017) — Ualg - Universidade Algarve.

O DIREITO À DIMENSÃO EXISTENCIAL NAS CIDADES, UMA PROPOSTA A PARTIR DOS PROCESSOS DE REABILITAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA
A degradação de edifícios habitados é um dos problemas habitacionais, nomeadamente nas áreas antigas das cidades, como no Centro Histórico de Évora (CHE). Para a reabilitação destes edifícios habitados, são elaborados projetos de arquitetura condicionados às regras urbanísticas do Plano de Urbanização de Évora (PUE), que é um instrumento dominante na intervenção na cidade. Assim, na primeira parte desta comunicação, vamos conhecer a política de salvaguarda e valorização patrimonial para o CHE, o programa REHABITA que foi um apoio à recuperação habitacional de edifícios arrendados e as metodologias desenvolvidas para a implementação deste programa. Na segunda parte, vamos apresentar os projetos de arquitetura de espaços vazios de acordo com a política de salvaguarda e valorização do CHE, e através da riqueza sociológica dos processos de reabilitação, vamos questionar estes projetos de espaços vazios, quando eles estão cheios de "coisas", onde os moradores se orientam e identificam com os seus significados existenciais. Por último, através dos significados existenciais das "coisas", vamos reivindicar o direito à dimensão existencial nas cidades, porque reabilitar a existência de um lugar é sinónimo de reabilitar o corpo de quem habita.

ESMERALDA ARAGÃO
Município de Bragança
Esmeralda Maria Gonçalves Rocha de Aragão nasceu em Bragança a 15 de março de 1975.Licenciou-se em arquitetura em 1999, na Universidade Lusíada do Porto. Iniciou a sua atividade profissional nesse mesmo ano, com a frequência de estágio profissional na Câmara Municipal de Aveiro, tendo ingressado no quadro de pessoal dessa autarquia a 12 de dezembro de 2000, exercendo funções como técnica superior no Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares, até 29 de novembro de 2003. Desde 02 dezembro de 2003 até à presente data mantêm-se em funções, como técnica superior no Municipio de Bragança no Departamento de Serviços e Obras Municipais, Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo. Acompanhou a fase final da aprovação do Plano de Pormenor da Zona Histórica de Bragança I. Analisa e elabora os pareceres técnicos dos projetos de obras particulares da Zona Histórica de Bragança.

REABILITAR PARA VIVER, CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA
Bragança apresenta um património ímpar num centro histórico compacto, que facilmente se percorre a pé. Preserva um conjunto monumental de edifícios que pelo seu valor histórico e arquitetónico lhe conferem uma beleza única. O centro histórico de Bragança é abrangido pelo Plano de Pormenor para a Zona Histórica de Bragança I (PPZHBI) em vigor desde 27

de junho de 2007. O plano orienta o uso, a ocupação e as intervenções no edificado existente. É também abrangido pela delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) que engloba uma estratégia própria e integrada de reabilitação urbana que congrega nesta área um conjunto articulado e coerente de iniciativas, ações e investimentos, que incentivam e apoiam o particular na reabilitação urbana do edificado. Não sendo suficiente a iniciativa do particular na reabilitação urbana, o Município tem promovido a reabilitação de edifícios públicos de modo a dinamizar cultural e socialmente a zona histórica. A estratégia a adotar tem sido a reabilitação de edifícios para instalação de espaços museológicos aprazíveis de visitar, para localização de serviços através de parcerias com entidades públicas (Serviços de Finanças, Conservatórias), para instalação de residências de estudantes (em parceria com o IPB), e arrendamento a jovens através de protocolos com instituições públicas. A par da dinamização cultural e social, promovida pelo Município, o centro histórico tem também, nos últimos anos, um papel fulcral na localização de atividades comerciais, tais como mercados de rua, feiras, realização de espetáculos e eventos musicais.

PAULO DIOGO
Município de Tomar

HABITAR TOMAR, VÁRIAS ESCALAS DE INTERVENÇÃO

Para conferir ao termo "habitar" um sentido mais amplo, considerando o centro histórico de Tomar como uma parte fundamental do território municipal para viver, trabalhar, visitar e investir, implica que, por parte dos gestores municipais, exista uma visão do contexto local regional e internacional do concelho, resultando esta visão em ações concertadas entre várias escalas de intervenção. As opções estratégicas de atuação – nomeadamente na reabilitação do património edificado, na requalificação do espaço público e na atratividade cultural e turística – deverão assentar no facto de Tomar, como território central no contexto do país, cultural, criativo, inovador, com qualidade de vida e estando em rede, também cosmopolita, poder ser um território competitivo. Apresentaremos exemplos das ações que estão a ser implementadas em Tomar para que o centro histórico seja um espaço habitado hoje e, de forma sustentada, assim se mantenha para o futuro.

JOÃO PEDRO RODRIGUES
Vereador do Município de Tavira

João Pedro Conceição Rodrigues, natural de Tavira, nasceu em 1969, é casado e pai de uma filha de 14 anos. Licenciado em Matemáticas Aplicadas – Informática pela Universidade Autónoma de Lisboa – Luís de Camões. Concluiu o CESE (Curso de Estudos Superiores Especializados) em Gestão Financeira na Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo. Frequência do Mestrado MBA em Gestão Empresarial na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, tendo concluído a parte curricular, faltando elaborar a tese do mestrado. Curso Pós Graduado de Aperfeiçoamento em Direito do Urbanismo e da Construção na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, lecionado pelo Instituto de Ciências Jurídico Politicas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Bancário de profissão, foi Técnico Programador de Informática no Banco Português do Atlântico (BPA) e Banco Comercial Português (BCP). Ingressou na rede comercial do Banco Comercial Português, tendo exercido funções de Assistente Comercial, Gestor de Clientes Empresas e Coordenador Comercial (gerente sucursal), em diversas sucursais no Algarve. Foi Diretor do Núcleo de Administração e Património do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro. Foi Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Tavira, integrando o grupo municipal do Partido Socialista, durante 10 anos, tendo sido 1º secretário da mesa da assembleia municipal, nos últimos dois anos. Foi igualmente Deputado Intermunicipal na Assembleia Intermunicipal do Algarve. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa "EMPET – Parques Empresariais de Tavira, EM", durante 2 anos. Foi Deputado à Assembleia da República entre 13 de março e 6 de abril de 2018, na XIII Legislatura, tendo integrado o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Fez parte da Comissão de Defesa Nacional e da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas. É Vereador do Urbanismo, Inovação e Empreendedorismo da Camara Municipal de Tavira desde Outubro de 2013. É Vogal do Conselho de Administração da empresa "Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, EM" desde janeiro de 2014.

HABITAR O CENTRO HISTÓRICO DE TAVIRA: BALANÇOS E DESAFIOS (2008 – 2018)

Tavira continua a ser das cidades algarvias que mais interesse oferece aos visitantes, sobretudo devido à atratividade do seu centro histórico. Na última década, a par com avanços relevantes no domínio do conhecimento e compreensão do património da cidade, verificou-se um esforço de revalorização de imóveis notáveis, requalificação de espaços urbanos e de equipamentos, gerando-se ótimas condições para dinamizar o centro histórico em termos de fruição cultural. Muito importante neste ciclo é a inscrição, em 2013, da "Dieta Mediterrânica" na lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, tendo Tavira como comunidade representativa de Portugal, conferindo-lhe responsabilidades adicionais no âmbito da salvaguarda das heranças culturais e patrimoniais. Atualmente, beneficiando da conjuntura atual, Tavira é uma cidade concorrida e o interesse no seu centro histórico é crescente, levantando questões e desafios substancialmente diferentes dos que se apresentavam há uma década.

MIGUEL BANDEIRA
Vereador do Município de Braga

Licenciado pela Universidade do Porto, Mestre pela Universidade de Coimbra e Doutor pela Universidade do Minho. É Professor da Universidade do Minho, sendo Geógrafo com especialidade em técnicas de ordenamento e planeamento do território. Docente em diversas graduações, com Geografia e Planeamento, Arquitetura, Sociologia e História. Foi dirigente da ASPA durante mais de 20 anos, da qual foi seu Presidente. Vereador com os pelouros da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade.

PEDRO LOPES
Chefe da Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico do Município de Braga

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pós-Graduação em Gestão Estratégica do Património na Administração Pública, promovida pela Direcção Regional do Porto do Instituto Português do Património Arquitectónico em parceria com o Instituto Superior Politécnico de Gaia. Formador certificado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. Frequência do "Seminário de Alta Direcção em Administração Local", promovido pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica. Chefe de Divisão de Renovação Urbana da CM Braga (1996/2015). Chefe de Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico da CM Braga (2015/2018).

SALVAGUARDA E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGA: HABITAR, UTILIZAR, FRUIR

A presente comunicação visa apresentar o processo de salvaguarda e reabilitação do centro histórico da Cidade de Braga, iniciado de forma sistemática em 1987, a partir do tema deste XVII Encontro, mas simultaneamente elencar e caracterizar os vários usos a que o Centro Histórico enquanto Cidade por excelência tem que responder. Usando esta mesma lente apresentar-se-ão perspectivas para o futuro.

JORGE NUNES
Vereador da Cultura, Turismo e Património do Município de Reguengos de Monsaraz

Funções atuais: Vereador da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz; Sócio Fundador e Administrador da empresa Alentejo Exclusive Lda; Membro da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz desde 2005;
Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz; Membro da Comissão Politica Distrital de Évora do PS. Competências académicas: Frequência da Licenciatura em Relações Internacionais; Frequência da Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas; Funções desempenhadas anteriormente: Presidente Junta de Freguesia de Monsaraz entre 2005 e 2017; Presidente da Assembleia de Freguesia de Monsaraz entre 2002 e 2005; Membro da Assembleia Distrital de Évora (2005 a 2014); Membro do Gabinete de Apoio à Governadora Civil de Évora entre 2007 e 2009; Diretor do Jornal de Reguengos entre 2003 e 2005; Vice Presidente da Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas entre 2008 e 2010; Presidente da concelhia JS de Reguengos de Monsaraz de 2006 a 2012; Presidente da Comissão Política da Federação Distrital de Évora da JS entre 2009 e 2012.

HABITAR MONSARAZ, O ESPÍRITO DO LUGAR

A presente comunicação tem por base transmitir as conclusões iniciais que os relatórios da equipa do Arq. Carrilho da Graça nos revelaram durante a fase preliminar do Plano de Pormenor de Salvaguarda de

Monsaraz. Vila medieval, amuralhada, Monsaraz foi, durante séculos, o centro administrativo e político do atual concelho de Reguengos de Monsaraz. Presentemente, Monsaraz assume de forma cabal a sua vertente de centro histórico, de extrema importância, quer para a componente turística, quer para a preservação do nosso património, da nossa história e da nossa identidade. Queremos, pois, contribuir para o debate em causa – Habitar os Centros Históricos – levando para a audiência o caso de um centro histórico de uma pequena vila medieval, situada no interior do Alentejo, ou seja, numa região despovoada, "esquecida", que os diversos estudos apontam como uma das regiões mais desfavorecidas da União Europeia. Neste cenário, como é viver em Monsaraz? Quais as dificuldades diárias que se deparam os escassos habitantes que ainda resistem a viverem neste burgo medieval? Que futuro para Monsaraz? O estudo sociológico, incluído na Proposta preliminar do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Monsaraz, revela-nos um Centro Histórico em acentuada perda demográfica de residentes, mas em crescendo em número de visitantes; problemas habitacionais mas também espaços públicos de sociabilidade dos habitantes locais que são utilizados da mesma forma desde, pelo menos, os anos 60; preocupações presentes e visões do Futuro dos habitantes e empresários do Centro Histórico mas também sugestões e possibilidades acerca do que de positivo o "admirável mundo novo" pode trazer. E, é nesta ondulação, que a nau que navega a planície Alentejana, que é Monsaraz, se encontra; entre a Vila Velha e o Novo Mundo, entre a tradição resistentemente mantida e a modernidade, novo porto em que recentemente atracou.

RAQUEL FERREIRA

Vereadora do Município de Angra do Heroísmo

Raquel Gomes Caetano Ferreira assume desde 2013 o cargo de vereadora da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Doutorada em Ciências e Tecnologias para a Gestão Florestal e Ambiental, pela Università di Viterbo, Itália. Mestre pela Bangor University, Pais de Gales, em Silvicultura Sustentável; Licenciada em Engenharia Florestal pelo Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa. Foi Diretora de Departamento da Conservação da Natureza, da empresa Azorina, S.A. Tendo desenvolvido programas vários na promoção da biodiversidade, na área de voluntariado ambiental e na educação ambiental. Geriu vários projetos de investigação com financiamento europeu.

VIVENCIAR O FUTURO DE ANGRA

Ao longo dos séculos as cidades têm sido pólos dinamizadores, com vivências e características muito particulares e de fulcral importância no desenvolvimento das sociedades sendo dada cada vez maior relevância aos centros históricos e ao seu património. Deste modo, será abordada a cidade de Angra do Heroísmo, a sua história, o seu património e a sua adaptação aos novos paradigmas societais pós modernos. Esta cidade apresenta um vasto património que tem sido mantido e valorizado, sendo uma base concisa para a exploração do conceito de urbe na perspectiva de entender e estender o papel do património na sua dinamização multifuncional, social, económica, estética, sustentável, cultural e ambiental. Neste caso, a importância de Angra é enriquecida com uma visão futurista e novos projectos, não só de conservação mas, também, de evolução e adaptação, enquanto Smart City, às novas tecnologias da informação e comunicação aliadas à ideia de revalorização do património, do espaço arquitectonico e urbano e da sustentabilidade económica e social. Assim sendo, ao longo destes anos tem sido alvo de melhorias significativas a vários níveis, procurando restabelecer e realçar as vivências e tradições que caracterizam a urbe e a tornam aprazível. Para que seja compreensível o trabalho realizado e as intenções apresentadas, serão abordados três projetos de relevância: a StartUp Angra, a construção do Centro Interpretativo e a ampliação do Jardim Duque da Terceira. Estes são realçados pela necessidade de preservar o património construído e natural e de, simultaneamente, inovar tecnologicamente assegurando a sustentabilidade de projectos, capacitando o espírito empreendedor local, dinamizando a economia e criando novos espaços geradores de pólos de atração e regeneração urbana, social e económica.

ALEXANDRE GAUDÊNCIO

Presidente do Município da Ribeira Grande

Nasceu a 16 de fevereiro de 1983 na freguesia da Ribeira Seca e atualmente reside na Ribeirinha. É casado e tem uma filha. Fez os estudos primários na Escola Madre Teresa d'Anunciada, o 2º e 3º ciclo na Escola 2/3 Gaspar Frutuoso e o ensino secundário na Escola Secundária da Ribeira Grande. Ingressou na Universidade dos Açores em 2001 e licenciou-se em Gestão/Informática, no departamento de Economia e Gestão, em 2005. Tem ainda um mestrado em Ciências Empresarias, concluído em 2009, pela mesma Universidade. Desde 2004 que é profissional de seguros, tendo começado a sua carreia como técnico comercial numa sucursal na Ribeira Grande, e é desde 2010 responsável pela rede bancária, da mesma empresa, a nível regional. Ingressou na Academia de Música da Ribeira Grande com 7 anos de idade, para aprender a tocar violino. Integrou mais tarde o Conservatório Regional de Música de Ponta Delgada, onde concluiu o 5º grau no violino e em formação musical. Foi depois maestro na Tuna Académica da Universidade dos Açores (T.A.U.A.) e atualmente é elemento do Grupo de Cantares da Casa do Povo da Ribeirinha. Foi ainda Vice-Presidente da Direção daquele clube, de 2008 a 2010. Na literatura já foi galardoado com alguns prémios, nomeadamente o 2º lugar em Jogos Florais com apenas 8 anos de idade, 1º lugar no concurso "Contos e Poemas de Natal", realizado na Escola Secundária da Ribeira Grande em 1997 e 1998 e 2º lugar em 1999. A nível nacional venceu o 7º Concurso Nacional de Jornalismo Juvenil em 1998 e o prémio "Ferreira de Castro" em 2003. NOTA BIOGRÁFICA É autor dos livros Murmúrio de Sentimentos, lançado em 2001, Alampas e Cavalhadas de São Pedro, lançado em 2003 e Padre Edmundo Pacheco – Histórias de um Ribeiragrandense, lançado em 2012. Na política, ingressou como militante no PSD em 2001, tendo fundado o núcleo da JSD na freguesia da Ribeira Seca. Foi depois Presidente da JSD/Ribeira Grande até 2010, Presidente da JSD/São Miguel e Vice-Presidente da JSD/Açores até 2009, tendo sido também membro da Comissão Política Regional do PSD desde 2007. Atualmente é o Secretário-Geral do PSD/Açores, eleito em congresso regional em janeiro de 2013. Nos órgãos públicos foi eleito Secretário da Assembleia de Freguesia da Ribeira Seca no mandato de 2005 a 2009 e atualmente é deputado municipal pelo Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Ribeira Grande.

TERESA VALENTE

Município de Faro

Maria Teresa Graça Valente, licenciada em arquitetura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), com mestrado em História da Arte – Especialização em História da Arte Portuguesa, acumula as funções de arquiteta no Serviço de Regeneração Urbana da Câmara Municipal de Faro, com as de docência no Curso de Licenciatura em Património Cultural e Arqueologia, da Faculdade de Ciências Humanas de Sociais, da Universidade do Algarve.

PATRÍCIA MALOBBIA

Município de Faro

Patricia Mimoso Vairinhos Malobbia licenciada em arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) com Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). integra Serviço de Regeneração Urbana da Câmara Municipal de Faro.

HENRIQUETA OLIVEIRA

Município da Lousã; Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra

Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira é, atualmente, vereadora da Cultura, Educação e Intervenção Social da Câmara Municipal da Lousã. Natural de Vila Nova de Gaia, licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1983, ano em que integrou o Ensino Público como docente do 2º Ciclo do Ensino Básico. Ao longo da sua carreira tem participado em múltiplos projetos no âmbito da leitura e da escrita, do ambiente, da cidadania, da inclusão, do património, do estudo autónomo, do trabalho em rede, da inovação pedagógica, da multiculturalidade, da interdisciplinaridade, do território enquanto espaço de aprendizagem, entre outros. Foi diretora do Agrupamento de Escolas da Lousã. É coautora das brochuras "Era uma vez... é a tua vez!" para os concelhos de Mortágua, Tondela, Santa Comba e Carregal do Sal, editadas no âmbito do Projeto Leader "Imagens do Desenvolvimento na Infância", 1995, e autora do texto do álbum ilustrado "Com três Novelos, o mundo dá muitas voltas", editado pela Planeta Tangerina em 2015, e publicado em França e Estados Unidos com a chancela da Amnistia Internacional, álbum que integra o Plano Nacional de Leitura para apoio a projetos de cidadania.

‘MEMÓRIAS HABITADAS’: (RE)DESCOBERTA DO PATRIMÓNIO, EDIFICADO DO NÚCLEO URBANO ANTIGO DA LOUSÃ E DA SUA IDENTIDADE

O empenho na preservação dos valores identitários dos núcleos edificados mais antigos terá que começar pela sua identificação, reconhecimento e apropriação por parte das populações, reconhecendo-lhes significados. Para este processo de descoberta há que educar e despertar tanto o olhar como a sensibilidade, quer da comunidade técnica, quer da sociedade civil, cuja colaboração é fundamental para uma correta intervenção nestes espaços. Tendo como objetivos caracterizar um conjunto de edifícios singulares no núcleo antigo da Lousã, captar a atenção dos locais para o reconhecimento do seu valor, e ainda convocar, acolher e integrar as várias sensibilidades para o domínio da reabilitação de edifícios e a sua importância, foi organizado o evento ‘‘Memórias Habitadas’’, no dia 29 de setembro de 2018, nesta vila pertencente ao distrito de Coimbra. Esta atividade consistiu numa iniciativa da Câmara Municipal da Lousã em parceria com o Instituto Pedro Nunes e a Universidade de Coimbra, através do Mestrado de Reabilitação de Edifícios, integrada nas Jornadas Europeias do Património.
O evento contou com a participação de mais de 70 voluntários que contribuíram para a caracterização de 30 edifícios no núcleo antigo mais consolidado da Lousã. Mais do que um levantamento das características dos edifícios a analisar, pretendeu-se que esta atividade cultural constituísse um primeiro passo para o conhecimento e reconhecimento das características e valores do património urbano corrente, o que tem um papel fundamental na sua salvaguarda e valorização. Paralelamente, destaca-se a importância das memórias na compreensão do local, da dinâmica urbana, dos edifícios e das sensibilidades de quem os habita. Assim, entre a atividade de (re)descoberta e caracterização dos edifícios atribuídos aos participantes, pretendeu-se valorizar esta perspetiva, destacando-se alguns locais singulares onde as memórias ganham voz. A presente comunicação apresenta os objetivos deste evento, bem como a estratégia e as ferramentas criadas para a sua realização e os resultados preliminares, contribuindo para perspetivar a importância da comunidade como peça fundamental do processo.

FERNANDO NEVES MARQUES
Administrador Executivo da SRU – Viseu
Nascido a 17 de dezembro de 1957; Natural de Moçambique; Reside na Cidade de Viseu. Licenciado em Arquitetura em 1982 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, atualmente é Administrador Executivo da Viseu Novo SRU, desde o ano de 2013. Entre 1982 a 1984, lecionou as disciplinas de educação visual – tecnologia de expressão – desenho e desenho técnico, no Ensino Secundário. Em 1984 ingressou no Municipio de Viseu, tendo em 1988 sido nomeado Chefe de Divisão de Edificações e Fiscalização, função que desenvolveu até 1996. Em 1996 constituiu o seu próprio escritório de arquitetura e exerceu várias atividades da área, desde serviços relacionados com a elaboração de Projetos, Planeamento, Loteamentos Urbanos, Consultoria e Fiscalização. Atualmente, mantém as funções de Administrador Executivo da SRU, que tem como missão, garantir e promover a inovação e o uso racional dos recursos para sustentar os objetivos estratégicos na reabilitação do Centro Histórico e ARU de Viseu, assente em valores como a transparência, rigor e empenho, numa visão de prestação de serviço à comunidade, e em prol do seu bem-estar.

MUV-MOBILIDADE URBANA DE VISEU

Viseu, a maior cidade fora do eixo Braga-Setúbal, é um conselho com 100 mil habitantes e em crescimento. O modelo de desenvolvimento local está focado na qualidade de vida das pessoas, constituindo-se como uma Smart City, com um cluster tecnológico e uma cidade jardim com espaços de lazer e um grande potencial turístico, considerando que também é a cidade vinhateira do Dão. Com 2500 anos de história, é também uma cidade com um vasto Património Histórico. Modelo de mobilidade: A cidade de Viseu, considerada como ‘‘A melhor cidade para viver’’, constrói um modelo de mobilidade que visa unir cada vez mais os viseenses à cidade e que assenta na reestruturação dos transportes públicos, na integração dos modos suaves e na renovação da política de estacionamento público, assentando em seis componentes: o Bus, o Stop Bus ou transportes sem paragens definidas, operado com veículo elétrico no Centro Histórico, um veículo autónomo não tripulado – O Viriato, ligando a zona Ribeirinha ao Centro Histórico, com capacidade de transporte até 24 passageiros, o Bike, o Park – sistemas de parques da cidade e o DRT, ou transporte a pedido de seis freguesias de baixa densidade. Como o novo sistema de transportes de Viseu, nasce uma nova marca, o MUV. O conceito de transportes integrados será capaz de captar novos utilizadores e promover a mobilidade suave. Os princípios estratégicos subjacentes assentam na eficiência e simplicidade, na sustentabilidade ambiental e económica, na integração dos modos de transporte, na inclusão de diferentes utilizadores, na inovação, acessibilidade e facilidade de utilização. Os principais desafios que se vislumbram prendem-se com a necessidade de conferir modernidade e eficiência ao sistema, mais conforto, informação ‘‘on-time’’, melhor serviço e segurança para conquistar novos utilizadores de transporte públicos, e retirar pressão automóvel do centro urbano. Estes objetivos aliam-se a outros de cariz ambiental, pois com a implementação do sistema estima-se a redução de mais de 5 mil toneladas de emissões de carbono até 2025.

RAIMUNDO MENDES DA SILVA
Departamento de Engenharia Civil e Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Instituto Pedro Nunes
Nascido em Coimbra em 1960. Licenciado em Engenharia Civil (FCTUC 1983). Mestre em Construção de Edifícios (FEUP 1990). Doutorado em Engenharia Civil (Universidade de Coimbra 1999). Professor Associado do Departamento de Engenharia Civil da FCTUC. Membro CIB (International Council for Research and Innovation in Building Construction). Membro do ICOMOS – Portugal. Foi Vice-Presidente do Instituto Pedro Nunes (IPN), Coimbra (2011 a 2017). Foi Pró-Reitor da Universidade de Coimbra (2002 a 2011). Foi Curador da Candidatura a Património Mundial da Universidade de Coimbra, inscrita pela UNESCO em 22 de Junho de 2013. Coordenador do Projeto ‘‘Viseu-Património’’. Coordenador do Mestrado em Reabilitação de Edifícios da Universidade de Coimbra. Docente nas áreas da Tecnologia da Construção, Reabilitação de Edifícios, Sustentabilidade e Gestão e Salvaguarda do Património Construído, nos cursos de Mestrado em Engenharia Civil, Arquitetura, Reabilitação de Edifícios, Energia para a Sustentabilidade e, ainda, Património Cultural e Museologia, na Universidade de Coimbra.

PROJETO ‘VISEU PATRIMÓNIO’: INVESTIGAÇÃO APLICADA, AO SERVIÇO DA VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

É indiscutível que o contributo de um projeto integrado, coerente e refletido é determinante na preservação e salvaguarda dos Centros Urbanos Antigos. Paralelamente, e com a atual preocupação com a sustentabilidade, sobretudo na área da construção e, mais especificamente, da reabilitação, é cada vez mais pertinente reforçar preocupações de carácter ambiental e, sobretudo, reunir todas estas preocupações num discurso coerente sustentado num conhecimento profundo da realidade. Neste contexto, o projeto ‘Viseu Património’, com desafios e metas intermédias, foi pensado e estruturado numa perspetiva de longo prazo, não só para um resultado final positivo para o conhecimento profundo da dinâmica do Centro Histórico de Viseu, mas também para uma mudança progressiva do modo planear e sentir a cidade, tendo como referência a qualidade de vida e a sustentabilidade. Partindo de uma iniciativa da Câmara Municipal de Viseu, este projeto visa promover o desenvolvimento da cidade como referência urbana de qualidade de vida, alicerçada na sua valorização humana, cultural e patrimonial. A primeira fase deste projeto, desenvolvida entre Março de 2016 e Dezembro de 2017, visou tanto o arranque e a estruturação de um processo de conhecimento e reconhecimento do valor patrimonial da cidade (tanto ao nível técnico-científico, como por parte da população), bem como a promoção e valorização das práticas de reabilitação urbana.
Esta primeira etapa desenvolveu-se segundo quatro grandes eixos: o conhecimento das características construtivas e arquitetónicas do Centro Histórico, a investigação aplicada, a identificação de valores construtivos e ainda a promoção de projetos-piloto. Todo o projeto ‘Viseu Património’ se alicerça num processo integrado onde ‘‘conhecer’’ e ‘‘compreender’’ são as palavras-chave, ultrapassando largamente a investigação formal e académica, uma vez que também incorpora o (re)conhecimento empírico da realidade construtiva da cidade. Esta comunicação apresenta os principais resultados da primeira fase do projeto, bem como os desafios que se colocam para fases posteriores.

FOTOGRAFIA DE **LUÍS VAZ, CM GUIMARÃES**

HELENA ROSETA
Deputada da Assembleia da República
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, licenciada em Arquitetura pela antiga Escola Superior de belas Artes de Lisboa. Pertence à Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e é, desde 2013, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, tendo exercido anteriormente os seguintes cargos: Vereadora, Lisboa, pelo PS (2009-2013) e pelos "Cidadãos por Lisboa" (2007-2009) e pelo PSD (1976-1978); Presidente da Câmara, Cascais, 1983-1986; Presidente da Ordem dos Arquitetos, 2001-2007; Fundadora da Plataforma Artigo 65 (2006) e da ANMP (1983); Deputada, PS, várias legislaturas; Deputada, PSD/ AD, Constituinte e várias legislaturas; Dirigente nacional do PS e do PSD; Diretora do Jornal Novo (1978); Dirigente estudantil e secretária geral da Ass. Arquitetos Portugueses antes do 25 de abril. Recebeu as distinções que se seguem: Ordem da Liberdade (2005); Medalha de mérito do Conselho da Europa (1982). Publicou a obra "Os Dois Lados do Espelho" (2001).

SOFIA PONTES
Chefe da Unidade Operacional de Reabilitação Urbana do Departamento de Planeamento e Administração do Território do Município de Loulé
Sofia Cura Mariano Camossa Pontes, licenciada em Arquitetura pela Universidade Lusíada de Lisboa em 1996. Câmara Municipal de Loulé: Chefe, em regime de substituição, da Unidade Operacional de Reabilitação e Requalificação Urbana do Departamento de Planeamento e Administração do Território (2017); Coordenadora do Gabinete de Reabilitação Urbana do Departamento de Planeamento e Administração do Território; Chefe de Divisão da Divisão de Reabilitação e Intervenção Urbana
do Departamento de Planeamento e Administração do Território (2008 / 2012); Coordenadora da Divisão de Reabilitação e Intervenção Urbana do Departamento de Planeamento e Administração do Território
da Câmara Municipal de Loulé (2006/2008); Na Unidade Operacional de Reabilitação e Requalificação Urbana assegura a dinamização, a requalificação do espaço urbano, de edifícios e a promoção da defesa, a preservação e promoção do património, nomeadamente através da execução e/ou concretização de projetos, de ações de apoio financeiro e técnico, vistorias, apoio aos proprietários nas zonas históricas e áreas culturais.
Técnica superior da Divisão de Estudos e Projetos do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Loulé (2003/2006). Câmara Municipal de Lisboa: Coordenadora da equipa responsável pela área norte da área crítica da Mouraria do Gabinete Local da Mouraria da Direção Municipal de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa (2000/2003); Técnica superior do Gabinete Local da Mouraria da Direção Municipal de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa (1997/2000).

A DINÂMICA DO CENTRO HISTÓRICO NA CIDADE DE LOULÉ: CASOS PRÁTICOS
O Centro Histórico de Loulé é o embrião e o coração da cidade, como também é a memória e as layers de outros tempos no seu edificado e nas suas paisagens construídas. O Centro Histórico de Loulé é um sítio elevado, com um ambiente tranquilo e uma mistura de coisas boas que ao longo dos tempos o foram transformando e adaptando às necessidades de cada época. O Centro Histórico de Loulé remete-nos para a Al-Ulyã árabe, levando-nos a descobrir as identidades da cidade e o seu carácter único e distintivo. Parte significativa do Património Cultural e Artístico encontra-se aqui localizado, e é nele que, ainda hoje, se desenvolvem muitas das atividades e eventos de carácter cultural e artístico e que se encontra o potencial de atratividade turística e de criação de novas atividades ligadas à criatividade e inovação. Por isso, a regeneração do Centro Histórico está na base da estratégia municipal, constituindo um dos eixos prioritários para o desenvolvimento económico, cultural e social da cidade de Loulé. Para além de uma aposta no futuro, é também uma missão presente, um desígnio atual da cidade e dos seus cidadãos. Daí a importância de ser um processo participado, pelo que temos vindo a trabalhar com os seus residentes, com os utentes, com os representantes das atividades económicas e das estruturas associativas. No seguimento da apresentação realizada no XV Encontro realizado em Lagos onde foram apresentadas as linhas estratégicas de atuação para o Centro Histórico, assim como as Áreas de Reabilitação Urbana pretendemos, agora, mostrar os casos práticos do Café Calcinha, da recuperação do Solar da Musica Nova para a instalação do Conservatório de Musica de Loulé (1.ª Escola Pública de Música a Sul do Tejo) e da recuperação do Solar Gama Lobos para a instalação do projeto Loulé Criativo - Espaço de Criatividade, Ofícios e Artes. Estas ações que o Município implementou no Centro Histórico da cidade, em colaboração com outras de dinamização comercial e cultural, tem como objetivo gerar dinâmica económica, social, cultural e educativa para que o Centro Histórico continue a ser o coração da vida de Loulé e das suas gentes e visitantes.

ANDRÉ BAPTISTA
Município de Torres Vedras
André Duarte Baptista, arquiteto, nasce em 1980 na cidade de Torres Vedras, onde reside e trabalha. Em 2013, obtém o grau mestre em arquitetura, cuja dissertação se intitula O Lugar como Simbiose. Centro Histórico de Torres Vedras. 2014, enquanto arquiteto, inicia a colaboração com a Área de Planeamento da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial no Município de Torres Vedras, onde coordena alguns projetos associados à regeneração urbana e ao património cultural, destacando-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o Arte ao Centro e o Encontro Internacional de Desenho de Rua. Ao longo dos últimos anos tem orientado workshops e participado em conferências sobre reabilitação urbana, desenho de observação e educação patrimonial. Paralelamente, é membro do ICOMOS, do Colégio de Arquitectos Urbanistas, da Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património, da Sociedade Portuguesa de Estudos de História de Construção e da Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras.

CARLOS FIGUEIREDO
Município de Torres Vedras
Carlos Figueiredo nasce em Lisboa, em 1969, residindo atualmente em Cascais. Em 1992 licencia-se em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, e em 2000 obtém o grau de mestre em planeamento regional e urbano pela mesma Universidade, com a dissertação intitulada "Natureza e estrutura dos espaços transicionais no espaço urbano do Renascimento ao Barroco". Desde 1998, desempenha funções na Câmara Municipal de Torres Vedras nos domínios do ordenamento do território, planeamento urbano e reabilitação urbana. É co-autor da 1.ª revisão do PDM de Torres Vedras, concluída em 2007 e coordenador da 1.ª revisão do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Torres Vedras, concluída em 2010. Entre 2008 e 2014, é um dos responsáveis pela conceção e implementação do programa de ação "Torres ao Centro – Regeneração Urbana do Centro Histórico de Torres Vedras". Atualmente, é chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, coordenando as áreas de planeamento, projeto, regeneração urbana, informação geográfica e mobilidade. Dos trabalhos em curso, destacam-se a coordenação da 2.ª revisão do PDM de Torres Vedras e a gestão e implementação do PEDU de Torres Vedras.

HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, ENCOSTA DE S. VICENTE – TORRES VEDRAS
No âmbito do quadro legal de atribuições das autarquias locais, cabe aos municípios, o dever de prosseguir os interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas, designadamente, no que tange ao desenvolvimento, à salubridade pública e à defesa e proteção do meio ambiente e da qualidade de vida do respetivo agregado populacional. Constitui, igualmente, uma competência das câmaras municipais a prestação de apoio a comunidades desfavorecidas. Por seu turno, a Constituição da República Portuguesa consagra, no artigo 65.º, o "direito à habitação" como fundamental, sendo reconhecido como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos do Homem, exigindo uma intervenção habitacional contínua e integrada, em nome das comunidades desfavorecidas, procurando deste modo reduzir a sua situação de exclusão social, através de habitações condignas que melhorem a qualidade de vida e auto-estima dos munícipes. A habitação deve preencher as necessidades físicas, ao proporcionar segurança e abrigo face às condições climatéricas; as necessidades psicológicas, ao permitir um sentido de espaço pessoal e privado e as necessidades sociais, na medida em que proporciona um habitat para as famílias, a unidade base da sociedade. Em linha com estas preocupações e com o objetivo de favorecer a inserção social e a melhoria das condições de vida dos agregados familiares mais vulneráveis, o Município de Torres Vedras tem vindo a promover e a investir gradualmente nas suas políticas sociais de habitação. Por se ter verificado que o número de fogos disponíveis para realojamento é claramente insuficiente para a procura existente, o

município tem vindo a encetar esforços no sentido de se criarem políticas de habitação alternativas, consubstanciando-se em apoios concretos às comunidades desfavorecidas: Financiamento a fundo perdido para pequenas obras de conservação e o programa de apoio ao arrendamento, com vista a "apoiar o arrendamento em mercado normal" dirigindo-se esta intervenção, essencialmente, a munícipes de classe média baixa. Estes dois apoios têm contribuído para garantir o acesso à habitação, por um lado, e por outro para promover a requalificação do tecido urbano. Tendo em conta a insuficiência de fogos municipais para realojamento, bem como a ausência de respostas habitacionais por parte de outras Instituições locais, a criação deste programa revelou-se fundamental para colmatar situações de grave carência habitacional. Assim, e não passando exclusivamente pelo realojamento em bairros sociais, a habitação social pode e deve ser cada vez mais abrangente e dinâmica, optando por novas soluções e oportunidades para os cidadãos. Apesar do investimento em programas municipais de arrendamento e reabilitação de imóveis próprios, urge efetivar a criação de bolsas de habitações municipais distribuídas pelo concelho para realojamento de população carenciada. Considera-se que, o realojamento disperso constitui uma medida promotora de inclusão social, permitindo a integração da população realojada com a comunidade local, evitando a guetização, logo a segregação social. Refira-se que a aquisição de novos fogos municipais tem por base o incentivo às operações de realojamento com recurso à utilização de fogos devolutos, nomeadamente nas áreas de reabilitação urbana: Centro Histórico e Encosta de S. Vicente. É objetivo do município a promoção da qualidade habitacional, incentivando a recuperação de fogos degradados, dotando-os de condições de habitabilidade adequadas. Esta visão integrada, contribui, não só para mitigar os factores de exclusão social, mas também para promover a regeneração física e social de territórios deprimidos. O exemplo paradigmático que materializa esta estratégia integrada, é o Programa Municipal de Habitação Social, que incorpora o Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas, no âmbito do PEDU de Torres Vedras, através da aquisição e reabilitação de 15 fogos, dispersos pela Área de Reabilitação Urbana da Encosta de S. Vicente.

MIGUEL COSTA
Arqueólogo do Município de Viana do Castelo

Miguel Alexandre Monteiro da Costa, nascido no ano de 1977 na freguesia de Mafamude em Vila Nova de Gaia. Licenciado em História Variante Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, exerce funções de arqueólogo no Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Viana do Castelo, desde outubro de 2006. No Curriculum conta com mais de uma centena de intervenções arqueológicas, mais de metade das quais como diretor ou codiretor dos trabalhos. Participou em várias publicações, em revistas de cariz local ou regional e em dois livros.

VILLA DE ADRO, A ORIGEM DO POVOAMENTO URBANO DE VIANA DO CASTELO

Em 1285, no dia 18 de junho, D. Afonso III funda uma vila próximo da foz do Rio Lima à qual impôs o nome de Viana. A Vila de Viana, implantou-se em "chão" novo, isto é, num local ermo, na então existente paróquia de "Atrium" (ou Adro). A historiografia apontou sempre, a localização desta paróquia para a zona envolvente da Igreja das Almas. A pressão urbanística que ao longo de séculos transformou aquela área, não permitiu, até recentemente, ter uma ideia da área ocupada pela póvoa piscatória ali existente. A presente comunicação, pretende divulgar os resultados de intervenções arqueológicas desenvolvidas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Viana do Castelo, no âmbito de obras públicas realizadas no Centro Histórico. Os dados arqueológicos permitem apontar uma localização do núcleo populacional tardo romano/ altimedieval, que esteve na génese da cidade, confirmando por um lado os dados historiográficos, mas alargando por outro o seu âmbito territorial, lançando novas pistas para a compreensão do fenómeno do povoamento.

TIAGO CASTRO
Município de Viana do Castelo

Tiago Ferreira de Castro, licenciado (1991) em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Desenvolve a sua atividade nas áreas da arquitetura, planeamento urbano e reabilitação, tendo coordenado o Gabinete do Centro Histórico de Ponte de Lima aquando da sua criação em 1996. Nesse âmbito, recebeu em 2003 uma Menção Honrosa do Prémio Nacional de Arquitetura Alexandre Herculano / Intervenção em Espaços Públicos, pelo projeto de Pavimentação e Valorização do Largo Camões. Dirigiu tecnicamente os trabalhos de Conservação e Restauro da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo – MN (2011/2012), sendo o autor do Projeto de Arranjo Urbanístico e Paisagístico de Santa Luzia (2012/2014) e coordenador da execução das intervenções previstas no mesmo.

NOVOS PROGRAMAS, VELHAS CONSTRUÇÕES

O Centro Histórico de Viana é um território diversificado, globalmente central mas nem todo histórico. Nas suas margens constroem-se edifícios multifamiliares assentes numa planeada redefinição viária, garantindo uma rápida e bem-sucedida transformação e reocupação do território. Nas áreas medieval e de expansão anterior ao séc. XX, onde tudo parece já estar realizado, a dificuldade de garantir alguns fatores de conforto a que nos habituamos nas últimas décadas, impossibilita a existência da mesma dinâmica. Paradoxalmente, a crise parece ter vindo ajudar à regeneração do centro histórico, através da dinamização do mercado de arrendamento, que fixa e atrai novos agregados familiares, a que se associam também a consolidação da atividade turística e cultural, bem como a diversificação da oferta de novos serviços privados. Não havendo uma fórmula única para um modus operandi adequado a esta nova e crescentemente complexa realidade, cabe ao arquiteto conceber e experimentar propostas para os novos desafios que se apresentam, através de intervenções rigorosas cuja desejável qualidade "resista" a programas cada vez mais dinâmicos e de duração temporal indefinida.

MARIA JOÃO GREGÓRIO
Município de Trancoso

Maria João Costa Gregório, licenciada em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho (2005), Mestre em Planeamento Urbano – Ordenamento da Cidade pela Universidade de Aveiro (2009) e Doutoranda em Geografia, ramo Geografia Humana, na Universidade do Minho (em curso). Técnica superior a desempenhar funções no setor de Planeamento e Urbanismo, pertencente à divisão de Obras, Ambiente e Equipamentos Urbanos do Município de Trancoso desde 2007. Colaboração na realização de levantamentos e estudos preparatórios para a revisão do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso e outros documentos de planeamento estratégico. Acompanhamento de alguns projetos dos quais o Município é parceiro, entre eles a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, diretamente ligado à valorização do património e sua promoção turística. Colaboração na realização e submissão de candidaturas a fundos comunitários.

CENTRO HISTÓRICO DE TRANCOSO – PATRIMÓNIO COM RUÍNA E FUTURO

Os Centros Históricos são locais dinâmicos e de elevada importância patrimonial, fundamental para a criação da identidade e da imagem dos territórios em que se inserem, desempenhando, por isso, um papel fundamental na estrutura das cidades. Porém, a evolução urbana destes mesmos territórios tem-se feito acompanhar pelo despovoamento e envelhecimento da população aí residente e, consequentemente, pelo arruinamento do edificado, conferindo-lhes uma imagem de espaços semi-abandonados, longe do bulício de outros tempos, onde tudo de importante aqui tinha palco. O Centro Histórico de Trancoso não é disso exceção: ao longo das últimas décadas tem vindo a perder população o que tem conduzido ao abandono do edificado, que se traduz num aumento do número de edifícios em ruína, o que modifica consideravelmente a imagem deste espaço. Porém, consideramos que esta ruína não tem necessariamente que ser "a crónica de uma morte anunciada", pode e deve ser antes encarada como uma potencialidade, como um elemento com características que, permitindo ainda contar a história do edifício, pode ser reabilitado, requalificado de forma a ser capaz de responder às necessidades de habitação de uma população mais jovem e exigente. A capacidade de olhar para as ruínas que hoje povoam o Centro Histórico e perceber que, através de um conjunto de programas e incentivos, estes espaços podem ser recriados e tornarem-se cada vez mais atrativos para residência de novos habitantes, faz parte da resiliência destes territórios e de quem sobre eles pensa e decide. Assim, pensar sobre o Centro Histórico de Trancoso e o seu património construído é pensar que a ruína que aqui existe, mais do que um elemento dissuasor de investimento, deve ser encarada como uma potencialidade, onde a reabilitação urbana tem um palco privilegiado para o futuro deste território.

SOFIA COSTA GOMES
Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico do Município de Chaves
Nasceu em Lisboa em 1969. Licenciou-se em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa em 1994 e tem uma pós-graduação em Engenharia e Planeamento Municipal na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Iniciou a sua carreira profissional em 1994 em Lisboa no atelier "Contemporânea" dos arquitetos Manuel Graça-Dias e Egas José Vieira. Seguiu depois para a Alemanha onde trabalhou durante vários anos em diversos ateliers de arquitetura em Estugarda e na Baviera. Regressa a Portugal em 2000 e integra os quadros da Câmara Municipal de Chaves, com um interregno entre 2006 e 2009 em que desempenha funções de Chefe de Divisão na Divisão do Património Arquitetónico, da Direção Regional da Cultura da Região Autónoma dos Açores. Foi organizadora, moderadora e oradora de várias sessões sobre reabilitação e implementação na Área de Reabilitação Urbana do centro histórico de Chaves. Atualmente desempenha funções como técnica superior da Câmara Municipal de Chaves na Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico.

HABITAÇÃO E NOVOS PARADIGMAS, PROJETOS DE HABITAÇÃO E RESPETIVA RECONVERSÃO

Um centro histórico habitado é um centro histórico vivo e vivido. É o coração da cidade que palpita e a partir do qual tudo gira. Partindo desta premissa, o que queremos para os nossos centros históricos? Reabilitamos limitando-nos ao "fachadismo" ou respeitamos a prévia espacialidade do edificado? E queremos que ele venha a ser ocupado? Com comércio? Serviços? Habitação? Restauração? Turismo? Novas industrias não poluentes? Na nossa cidade romana de Aquae Flaviae cujo centro histórico com a estrutura que se presencia hoje, remonta à época medieval, somos ambiciosos. Queremos tudo e trabalhamos para um espaço de cidade cada vez mais reabilitado. Para a nossa intervenção neste XVII Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico trouxemos quatro exemplos de edifícios degradados e abandonados sujeitos a reabilitações diferenciadas: um edifício frente à ponta romana de comércio e habitação unifamiliar transformado numa unidade de turismo local; um edifício de habitação de grandes dimensões, comércio e serviços, que foi adaptado à realidade da dimensão atual das famílias e da procura de profissionais deslocados, tendo sido dividido em oito apartamentos T1; um edifício de comércio, serviços e habitação muito degradado em que apenas se conservou a fachada que alberga agora uma loja de comércio internacional e vários apartamentos e para finalizar um edifício que albergava nove escritórios de serviços e que foi transformado numa habitação unifamiliar. Assim fazemos, misturamos e reabilitamos em Chaves, assim tentamos dar vida ao nosso centro histórico e assim queremos partilhar convosco a nossa experiência!

VANESSA PIRES DE ALMEIDA
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

OS VALORES HABITAM OS CENTROS HISTÓRICOS, PRINCÍPIO DE INTERVENÇÃO

Os valores são o referencial da realidade para uma cultura, para uma sociedade de um determinado tempo e local, que conserva, repete e cria padrões numa memória coletiva, definidora do "espírito do lugar". Ao garantirem as características centrais e essenciais da identidade urbanística, os valores constituem-se como os alicerces reguladores da transformação da cidade, reconciliando o património com o desenvolvimento, a salvaguarda do passado que nos define e enraíza com as necessidades e vivências do presente e as aspirações de um futuro partilhado com as gerações vindouras. Conservar os valores urbanos, através do seu reconhecimento e articulação, configura-se como um princípio de intervenção vital no resgate do equilíbrio físico e vivencial da cidade existente, que confia à cultura a partilha, a redefinição e a defesa da essência do seu ser e da sua existência. Entende-se que a adoção de um método, de planeamento, gestão e monitorização, estruturado sobre este princípio, no qual a estrutura das ligações intrincadas que a cidade contém é revelada e conduzida pelo seu denominador comum, a cultura, permite apoiar as tomadas de decisão da administração local no sentido de um desenvolvimento urbano integrado, resiliente e sustentável, acompanhando a mudança de paradigmas das políticas internacionais de desenvolvimento urbano [Agenda 2030 (ONU), Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat)] e de salvaguarda patrimonial [Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana (UNESCO)]. Este processo de estruturação da dinâmica fugaz da cidade, das suas múltiplas dimensões, múltiplas escalas, múltiplos agentes e múltiplos tempos, compreenderá diferentes etapas: inventário e análise dos valores urbanos das diferentes áreas constituintes do território; avaliação da presença dos valores urbanos identificados no edificado integrante; e, no ato de intervir, preenchimento, pelos agentes da mudança, de uma declaração de impacte nos valores urbanos presentes. Estas ferramentas devem refletir a participação e o compromisso da comunidade no reforço de coesão e coerência da paisagem. O enfoque da comunicação deter-se-á na identificação e na caracterização de um sistema de valores urbanos, revelador da "significância do lugar", operacionalizado na cidade de Viseu, em duas artérias estruturantes do núcleo antigo, de função comercial – a "Rua Direita" e a "Rua do Comércio".

SÉRGIO INFANTE
Arquiteto
Professor aposentado da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e antigo Presidente da Comissão Nacional do ICOMOS.

HABITAÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS, AUTENTICIDADE E VALOR CULTURAL DO PATRIMÓNIO – MITO OU NECESSIDADE

Depois de anos em que a recuperação do património habitacional nos centros históricos era sobretudo defendida com argumentos de ordem cultural e social, por uma minoria desenvolvendo atividade em ambiente académico ou em organizações de defesa do património, a contra corrente dos grupos políticos e económicos, muito mais virados para a obra nova eis que estamos agora, com a atual euforia do sector do turismo, a correr o risco de passar tudo para uma defesa do património suportada por razões económicas.
O problema não é só nacional, e pela Europa fora a questão está na ordem do dia. Lembremo-nos que com a crise iniciada à alguns anos atrás foi a pressão das empresas de construção civil que se viram sem trabalho de obra nova que motivou o empenho dos grupos de pressão políticos e económicos se voltarem a todo o vapor para a reabilitação. Mas todo o ensino e a consequente prática profissional, até há bem pouco tempo, quer de arquitetos quer de engenheiros, visava a concepção e a edificação de obra nova. A metodologia de projeto, as normas, os métodos de cálculo, e a própria regulamentação só previam esta hipótese. Apetrechámo-nos durante gerações para produzir novo, sem aprender a reciclar. É ainda frequente a convicção de que se a aparência exterior é a mesma, o resto não interessa. É ignorar o conhecimento da concepção global original, e tentar generalizar um tipo de intervenção que reduz o património a uma fachada. Será melhor então aprender a fazer cenários. Há que desconfiar da atitude peremptória de que só há uma solução técnica – e ponderar, as soluções que se revelem mais adequadas, que serão, necessariamente, as que respeitam princípios culturais. Doutro modo corremos o risco de vermos as decisões serem ditadas por firmas de construção, apetrechadas para determinadas técnicas, e naturalmente, vocacionadas para as implementarem. Evitar as perdas de valor cultural deve ser prioritário, assegurando que os novos usos, e a intervenção técnica respeite a autenticidade que será a base ética dos trabalhos a fazer.

ANA PATRÍCIA CORREIA
Escola Superior Gallaecia

A REABILITAÇÃO DO EDIFICADO HABITACIONAL NO CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO

A reabilitação do edificado do centro histórico de Viana do Castelo tem sido um assunto bastante divulgado pelo município, resultado de várias estratégias de incentivo à intervenção que a autarquia tem adotado, com o intuito de inverter o cenário de degradação e abandono deste edificado. Uma vez que são permitidas ações de reabilitação e de reconstrução sobre a maioria do edificado que constitui a imagem e identidade do centro histórico de Viana do Castelo, surge a necessidade de verificar em que medida as intervenções estão a contribuir para a preservação deste património. A abrangência com que, por vezes, se utiliza o termo 'reabilitação', desconhecendo-se as tendências de intervenção neste contexto específico, acentua a relevância desta investigação. Tendo esta investigação como objeto de estudo as ações de intervenção consideradas de 'reabilitação', realizadas no edificado habitacional deste centro histórico desde a vigência do plano de pormenor, com o primeiro objetivo pretende-se comparar o grau de intervenção pelas quais as obras obtêm alvará com os graus permitidos pelo regulamento do plano de pormenor. Posteriormente, com o segundo objetivo pretende-se avaliar o impacto das intervenções consideradas

de 'reabilitação' e o seu contributo para a salvaguarda deste património, estabelecendo também, como terceiro objetivo, um conjunto de recomendações a ter em conta em futuras ações de reabilitação. Num primeiro momento, foi realizado o enquadramento teórico referente aos principais temas abordados nesta investigação, seguindo-se a contextualização relativa ao âmbito específico de estudo, onde também se analisou uma planta cadastral, que permitiu conhecer as intervenções realizadas, das quais se inventariaram quarenta e cinco intervenções. Após selecionados os nove casos de estudo, foi elaborada uma analise individual. Juntamente com a análise da planta cadastral, do inventário, das entrevistas e com base na revisão da literatura, foi possível realizar uma análise comparativa e refletir acerca dos resultados obtidos. Grande parte das intervenções realizadas no centro histórico de Viana do Castelo são reconstruções. As reabilitações, acabam por ser no fundo, reconstruções integrais do interior, justificadas pelo estado de degradação do edificado. Mas também, nem sempre o que se encontra é original e autêntico. Isso não significa que não é possível preservar os valores arquitetónicos e construtivos deste edificado. Sendo inevitável a demolição, deverá procurar-se repor e utilizar técnicas construtivas e materiais tradicionais, que na maioria das vezes, apresentando soluções que deem continuidade à identidade deste edificado e do centro histórico.

ANA MOTTA VEIGA
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

PATRIMÓNIO RESIDENCIAL CLASSIFICADO – E A CLASSIFICAR – EM GUIMARÃES (1910-2018)

Datam de 1910 as primeiras classificações do património residencial privado familiar – ou Casas Nobres –, edifícios que terão tido ao longo da sua existência uma função prioritária: a de casa de família. Pertencentes à Coroa, Nobreza ou fidalguia, estas Casas terão tido um percurso de proteção lento, iniciado com os primeiros processos classificativos pouco antes da implantação da República, prolongando-se até aos dias de hoje. E se as primeiras classificações se pautaram pela exclusividade da categoria máxima de serem designadas por Monumentos Nacionais, ao longo do tempo foram sendo protegidas com diferentes terminologias associadas a diferentes graus e formas de proteção. Este estatuto de Monumento foi sendo substituído pelo de Imóvel de Interesse Público, Imóvel de Interesse Municipal, Valor Concelhio, e mais recentemente pelo de Monumento de Interesse Público e Monumento de Interesse Municipal. Levanta-se a principal questão desta comunicação, que é a de entender quais foram os edifícios residenciais – ou as Casas Nobres – classificados em Guimarães, quais os critérios de seleção, o que representam e o que foi valorizado em cada escolha e em cada tempo, ao longo dos últimos pouco mais de cem anos. Tendo como base documental os dados do Inventário do Património Arquitetónico, apresenta-se para enquadramento todo o universo de casos existentes em território nacional, particularizando posteriormente o caso de Guimarães e das suas "Velhas Casas", dispersas pelo Concelho ou inseridas no seu centro histórico de interesse mundial. De forma complementar (ou consequente), apresentam-se também ausências classificativas desta tipologia cujo estudo e futura proteção importa questionar e/ou equacionar, como é o exemplo da Casa e Quinta da Covilhã, morada de família do arquiteto Fernando Távora, de enorme importância arquitetónica, social, cultural, rememorativa e histórica de âmbito local e nacional. Como base de trabalho e de apresentação, os casos em estudo são localizados cartograficamente com vista à análise da sua distribuição territorial, permitindo detectar tendências locais, regionais ou dicotomias - nesta "geografia da classificação" - resultantes dos processos de seleção. Apresentam-se novos contributos que importam ao entendimento do estado da classificação desta tipologia patrimonial, sua consequente proteção e gestão de conservação, e de que forma se tem (ou não) valorizado a Casa Antiga como Monumento, estatuto de elevada importância para transmissão de memória futura de um passado representativo da Casa, palco privilegiado de hábitos sociais da Família portuguesa.

JÉSSICA BARRETO
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra

POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE, A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DO PORTO

A habitação é o bem essencial que representa a maior necessidade da população. É o local onde se desenvolvem laços familiares, um local de repouso indispensável para manter a capacidade produtiva. (Gros, 1982, p.14) Influencia o bem-estar social, a saúde pública e, consequentemente, o funcionamento da economia nacional. No entanto, as despesas com a habitação são as que representam o maior esforço no orçamento das famílias, e nem todas têm capacidade financeira de aceder a uma habitação condigna. Assim, procurando regular o mercado de classes, foram criadas as políticas sociais de habitação, um conjunto de medidas cujo objetivo principal consiste em promover, coordenar e equilibrar este setor, através da criação de legislação. (LNEC, 1969, Vol 4, p.2) No município do Porto as primeiras políticas sociais de habitação foram implementadas no século XIX, a fim de colmatar as carências habitacionais provocadas pelo êxodo rural que se verificou na época, fruto do desenvolvimento industrial. (Pereira e Queirós, 2009, p.90) O município tenta desde então instituir medidas para a resolução das carências quantitativas e qualitativas de habitação na cidade: entre 1890 e 1990, através da construção de habitação nova na periferia, fomentando a expansão da cidade; a partir de 1990, através da reabilitação do edificado construído pela anterior geração de políticas, promovendo a revitalização da cidade. No entanto, uma análise ao modo como estas políticas sociais de habitação se perspetivam na prática, nomeadamente através de uma aproximação ao bairro de S. João de Deus e ao bairro do Aleixo, permite concluir que estas não se revelam eficazes. A preocupação com o centro histórico enquanto ponto turístico e de cultura foi progressivamente potenciando a transferência das classes sociais mais carenciadas para a periferia, desenvolvendo um problema habitacional complexo que oscila entre a habitação antiga e degradada e problemas de ordem social presentes frequentemente nos bairros de habitação de interesse social, geograficamente segregados. O legado deixado pelos anteriores decisores políticos não se tem revelado eficiente na atual perspetivação das políticas sociais de habitação. É, portanto, necessário aprender com os erros do passado e romper com os processos de desigualdade e exclusão para que no futuro todas as classes sociais tenham direito a uma habitação condigna, um valor universal e um dos direitos do Homem.

PATRÍCIA BRAZ
Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

CULTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO: SOBRE DISCURSOS E EVIDÊNCIAS NA CIDADE DO PORTO

Agendas e normativas globais ou estratégias regionais buscam orquestrar transformações e alcances comuns, por meio da ação local. Fóruns diplomáticos vem, há décadas, tentando firmar o conceito de cultura como pilar do desenvolvimento. Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (United Nations, 2015) inserem a cultura, transversalmente, em várias metas. A Nova Agenda Urbana (UN_Habitat, 2016) recomenda incluir a cultura como componente prioritária dos planos e das estratégias urbanas. A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura fomenta e reverbera, por meio de seus programas e convenções, a importância da cultura para o desenvolvimento urbano sustentável. Regionalmente, a Agenda Europeia para a Cultura (União Europeia, 2007) baliza Fundos Estruturais acessíveis às municipalidades dos seus estados-membros nesta temática. Portugal, por sua vez, tem o maior interesse em tudo que possa dar visibilidade ao capital simbólico da sua cultura, hoje um fator muito relevante de atração turística e, portanto, fomentador da economia. Hoje são 14 bens e sítios culturais inscritos na lista do Património Mundial da UNESCO, 05 cidades participantes de Rede de Cidades Criativas da UNESCO, 03 de suas cidades sediaram a Capital Europeia da Cultura. Hoje, ruma para definir e apresentar, em 2021, a candidatura de mais uma cidade a Capital Europeia da Cultura em 2027. Assim, designa-se por discursos, os princípios expostos nas referidas agendas que colocam a cultura como força motriz para o desenvolvimento, por meio de seus atributos materiais, imateriais e criativos. Por evidências, adota-se, para fins de investigação, os efeitos de transformações duradouras nas cidades (físicos ou estruturantes da política e gestão urbana), que, pelo discurso, possam ter sido, ao menos em parte, atribuídas ou associadas a uma condição especial de cultura, como ter sido inscrita na lista do Património Mundial ou Capital Europeia da Cultura. É o caso do Porto, nestas condições, respetivamente, em 1996 e 2001. Refletir sobre a capacidade transformadora da cultura para a vida nas cidades, a partir da leitura e análise da transposição do discurso global para o local

é o mote para percorrer a história recente do Porto, na busca de equivalentes evidências. Adota-se intervalo temporal que se inicia em 1996, quando da sua inscrição na lista do PM da UNESCO, até o presente momento, nomeadamente marcado pelas tensões decorrentes do fenómeno crescente do turismo e do inexorável enfrentamento com os residentes.

ELISABETE TOMAZ
DINAMIA'CET, ISCTE-IUL, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

CULTURA E CRIATIVIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS E MÉDIOS CENTROS URBANOS

O papel da cultura e da criatividade como base para o desenvolvimento sustentável tem sido analisado e preconizado por académicos, especialistas e políticos, multiplicando-se as iniciativas e estratégias em diversas cidades e regiões espalhadas pelo mundo que procuram tirar partido dos seus recursos endógenos, materiais e imateriais e traçar novos caminhos para um desenvolvimento mais sustentável. A cultura foi sempre uma dimensão essencial da política pública ao longo da história europeia, no entanto nas últimas décadas ganhou uma maior centralidade na agenda urbana em conjunto com a criatividade, em resultado das dinâmicas globais, o aumento da competitividade, a necessidade de revitalização socioeconómica de muitas cidades e de promoção da identidade europeia. Neste contexto, a cultura tem sido geralmente convocada como meio e recurso para a promoção e desenvolvimento dos lugares através do fomento de uma economia cultural e criativa, apoiados em processos inovadores, na mobilização de atores para a participação e governança politica e no fortalecimento da identidade local. Muitos dos governos locais recorrem a programas nacionais e europeus para implementar projetos de regeneração; melhorar a imagem e a atratividade das cidades, promover a integração social, estimular o crescimento econômico e a diversificação das economias locais por meio das indústrias culturais e criativas e do turismo. Para tal, investem-se em ações relacionados à proteção e preservação do património cultural; a construção/reabilitação de infraestruturas; o suporte à produção e empreendedorismo cultural e criativo, entre outros. Para além disso, as cidades competem cada vez mais por turistas e eventos, (re)criando as tradições e o património da comunidade em associação às práticas culturais contemporâneas, a fim de criarem uma atmosfera vibrante e única capaz de atrair novos moradores, visitantes e negócios. A análise aqui apresentada resulta de uma ampla pesquisa sobre os processos de desenvolvimento de pequenas e médias cidades europeias, uma vez que uma grande parte da literatura centra-se nas dinâmicas que ocorrem em grandes cidades. Assim apresentamos aqui 2 casos internacionais, York (Inglaterra) e Český Krumlov (República Checa) e 2 casos portugueses, Óbidos e Guimarães, procurando descrever as estratégias que tem por base a valorização dos seus centros históricos e as suas politicas de desenvolvimento mais amplas que visam a sustentabilidade dos seus territórios.

ANA TARRAFA SILVA
Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

HABITAR (N)O CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PAISAGEM HISTÓRICA URBANA EM EBULIÇÃO

A introdução do conceito de paisagem nas políticas urbanas tem vindo a alterar a perspectiva tradicional sobre o património das cidades. Não apenas em termos espaciais, com o alargamento do conceito de "centro histórico" para o mais holístico "cidade histórica", mas, e essencialmente, no entendimento da importância do fator subjectivo na construção, proteção e valorização do seu significado cultural. Dar voz às comunidades que, de múltiplas formas, habitam a cidade histórica, será hoje condição para prossecução de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Partindo desta abordagem, apoiada na Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana da UNESCO (2011), esta comunicação pretende apresentar e refletir sobre algumas experiências para a sua exploração no Centro Histórico do Porto Património Mundial. Da análise dos instrumentos que gerem o centro histórico do Porto, aos conceitos e aspirações das comunidades que nele habitam num quadro de crescentes tensões entre "habitares" diversos, procuramos aqui contribuir com algumas reflexões sobre as potencialidades desta abordagem no caminho de modelos de gestão urbana mais inclusivos e sustentáveis.

TERESA BERMÚDEZ DE LA PUENTE
Escola Superior Gallaecia

REUTILIZAÇÃO ADAPTATIVA EN CENTROS HISTÓRICOS

A Reutilização Adaptativa é um tipo de intervenção, que permite recorrer, através da mudança de uso, a recursos materiais e espaciais dos edifícios abandonados ou não utilizados, devido, entre outras razões, a que a sua função original se tornou obsoleta. Quando essas intervenções são realizadas com respeito pela pré-existência, apresentam vantagens ambientais e de regeneração urbana, sendo uma alternativa à demolição, à nova construção e à consequente expansão urbana. No entanto, ao tratar-se, principalmente, de mudanças no programa funcional de propriedades patrimoniais, geralmente localizadas em centros históricos, os edifícios correm o risco de ver os valores a eles associados alterados, devido às profundas mudanças que podem ser necessárias, para a sua adaptação a um novo uso. Portanto, a reutilização adaptativa pode implicar a perda dos referidos valores, se não é abordada respeitando o significado do local. Devido a essa problemática, na presente investigação realiza-se uma análise do impacto da reutilização adaptativa nos valores associados ao património edificado num contexto específico, o conjunto histórico de Ourense, baseado na aplicação de princípios de intervenção patrimonial. Tudo isso para, posteriormente, formular recomendações de adaptação, com a finalidade de se orientar futuras intervenções de reutilização adaptativa no conjunto histórico de Ourense. A fim de realizar uma investigação rigorosa e bem fundamentada, foi realizada uma revisão da literatura sobre reutilização adaptativa, sobre centros e conjuntos históricos, assim como sobre os valores e princípios de intervenção associados ao património. A fundamentação teórica desta investigação baseia-se na análise de documentos doutrinais do ICOMOS e publicações de autores de referência, na teoria da conservação e preservação do património, assim como na reutilização adaptativa. A metodologia de investigação realizada baseia-se na análise comparativa dos valores envolvidos na reutilização adaptativa de imóveis patrimoniais, localizados no conjunto histórico de Ourense, os quais compõem os estudos de caso desta investigação. Da mesma forma, a aplicação de princípios de intervenção e recomendações de adaptação formuladas neste trabalho, são analisadas comparativamente. Tudo isso, utilizando diversas técnicas de Coleta de Dados: entrevistas estruturadas e questionários realizados aos arquitetos dos projetos, a análise documental, a observação estruturada, a fotografia e as notas de campo. Entre as principais conclusões, de destacar a importância de se realizarem estudos prévios às intervenções; e de se avaliar a capacidade dos imóveis patrimoniais de se adaptarem a novos usos, evitando a perda de valores, derivados de ações que envolvem mudanças profundas na materialidade e nos elementos significativos. Evitando essas alterações no significado do património, a reutilização adaptativa, pode resultar positiva para a revitalização dos centros e conjuntos históricos, constituindo uma ação de sustentabilidade.

RICARDO FÉLIX
Presidente da Logistema, S.A.

Ricardo Félix, é fundador , presidente e managing partner da Logistema, SA, empresa com 25 anos de atividade em serviços profissionais de consultoria em supply-chain e logística. No âmbito das suas funções, liderou já mais de uma centena de projetos, em todos os sectores, económicos desde a produção, serviços e distribuição, em Portugal, Espanha, África e Brasil. A intervenção da Logistema pauta-se pela inovação quer dos seus serviços de consultoria quer dos seus produtos de tecnologia de informação, refletindo o "know-how" e a sua vocação para a obtenção de resultados nos seus clientes pela implementação dos seus produtos e soluções. Atualmente lidera projetos de investigação e desenvolvimento em cadeias de abastecimento e logística apoiados a nível nacional e europeu, com particular atenção à digitalização da economia e à reengenharia das cadeias de abastecimento e sistemas logísticos, no domínio do desenvolvimento e sustentabilidade ambiental e económica em diferentes escalas, desde a gestão logística de regiões periféricas até áreas urbanas, à logística de comunidades de negócio. Lecciona na Licenciatura de Gestão de Transportes e Logística na Escola Superior Náutica IDH , e no IST – Instituto Superior Técnico/MIT Portugal no Mestrado de Transportes. Tem vasta experiência associativa exercendo vários cargos, com destaque como sócio fundador da APVE, Associação Portuguesa dos Veículo Eléctrico, em que é Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na Federação Portuguesa de Aeronáutica

como Presidente do Conselho Fiscal e na ANTRAM como ex-Presidente Nacional e Regional. Tem mais de 35 anos de atividade em Logística, Transportes e Cadeias de Abastecimento, é licenciado em Engenharia eletrotécnica de Eletrónica e Telecomunicações e doutorando em Transportes no IST.

A LOGÍSTICA URBANA E A VIVÊNCIA NOS CENTROS HISTÓRICOS, LOOP1 – SISTEMA DE GESTÃO DE LOGÍSTICA URBANA

Os centros históricos, apesar das várias transformações económicas e sociais ao longo dos tempos, mantêm ainda hoje as características principais que conduziram à sua fundação, por continuarem a ser o principal ponto de encontro, de intercâmbio e de informação, constituindo espaços representativos do sucesso cultural e económico das cidades. Este sucesso está intimamente ligado à incorporação de inovação capaz de atrair negócios, turistas, visitantes e novos residentes, de forma a criar uma base sólida de competitividade, através da indução e retenção de talento e capital. Sendo esta um imperativo das estratégias territoriais, a sua sustentação assenta numa mudança de paradigma relativamente à gestão dos fluxos físicos e informacionais referentes aos novos padrões de consumo. A criação de centros históricos com baixa carbonização derivada das atividades de logística urbana, mobilidade e acessibilidade de pessoas deve ser obtida sem a redução ou constrangimento dos serviços necessários ao pleno desenvolvimento de uma oferta e de uma usufruição para a vivência plena. A solução passa pelo envolvimento colaborativo de todos os "stakeholders" e de um novo modelo logístico que, respeitando e melhorando os níveis de serviço e eficiência para todos os clientes e operadores, leve em conta a melhoria da eficiência na utilização da cidade / centro histórico, ou seja, a redução da energia e a diminuição das emissões, assegurando a redução do número de veículos e do congestionamento. O LOOP - Sistema de Gestão de Logística Urbana, concebido e desenvolvido pela Logistema, possibilita o alcance destes objetivos.

SOFIA FERREIRA

Vereadora do Município de Guimarães

Licenciada em Relações Internacionais (Culturais e Políticas) pela Universidade do Minho em 1993; Pós-Graduada em Administração Pública pela Universidade Minho em 2001; Master in Public Administration pela Universidade Católica do Porto em 2011; Vogal do Conselho de Administração da CASFIG entre 1999 e 2005; Assessora do Presidente da Câmara de Guimarães entre 2001 e 2009; Membro da Assembleia Municipal de Guimarães entre 1997 e 2005 e entre 2009 e 2017; Diretora Executiva da Cooperativa Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e de Integração Social, CIPRL, entre 2008 e 2009; Administradora Delegada da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal entre 2009 e outubro de 2017; Administradora da Sol do Ave – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave entre 1994 e 2004; Membro de diversas Instituições Vimaranenses (Casa do Povo de Fermentões, Guimarães Rugby Union Football Club, Associação de Apoio à Criança, Bombeiros Voluntários de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Sociedade Musical de Guimarães, Irmandade de S. Nicolau e Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património). É, desde 2017, Vereadora das áreas Ambiente, Serviços Urbanos, Turismo, Recursos Humanos e Proteção Civil do Município de Guimarães.

DALILA SEPÚLVEDA

Dirigente da Divisão de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Guimarães

Especialista na área de Gestão de Resíduos Urbanos Responsável pela implementação do sistema PAYT - "pay-as-you-throw" na recolha de resíduos. Responsável pela área de gestão de resíduos na unidade de missão da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia 2020; Aluna de PhD "Gestão e Tratamento de Resíduos"; Pós-Graduação em Gestão Autárquica; Mestre em Engenharia e Gestão Ambiental com a Dissertação de Mestrado "Implementação do sistema Pay-as-you-throw" no Centro Histórico de Guimarães e zona envolvente; Licenciatura em Engenharia do Ambiente.

O SISTEMA PAYT NO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES

Implementação do Sistema Pay-as-You-Throw (PAYT) no Centro Histórico de Guimarães, classificado como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, que penaliza a produção de resíduos, incentiva a redução na fonte e o aumento da separação da fração reciclável. Implementado desde 2016, os objetivos iniciais foram claramente superados com a diminuição de 34% da produção de resíduos e aumento de 126% do reciclável. Guimarães é o primeiro e único município a nível nacional com aplicação deste sistema. O objetivo geral do projeto foi colmatar uma lacuna que é manifesta na gestão de resíduos em Portugal, para mais pelo carácter diferenciador e único da possibilidade de o implementar em um Centro Histórico, Património Cultural da Humanidade, com claras fragilidades no seu sistema de gestão de RU com repercussões negativas na imagem de um local atrativo do ponto de vista turístico. O sistema de recolha de RU que vigorava antes do PAYT compreendia um circuito de recolha diário de resíduos indiferenciados, no sistema porta-a-porta, com viaturas tradicionais de recolha através de saco perdido e a recolha seletiva era efetuada através de ecopontos, o que levava muitas vezes a uma indesejada, inestética e insalubre acumulação de resíduos junto desses equipamentos, como a uma baixa taxa de recuperação de resíduos recicláveis. Com a operacionalização do PAYT, foram distribuídos a todos os utilizadores mini-ecopontos para a separação dos RU Quanto aos resíduos indiferenciados, definiu-se que seriam colocados num saco previamente adquirido e que apenas a estes é imputada a tarifa de resíduos, o que significa que a aquisição do saco traduz-se na tarifa que o utilizador tem que pagar. O projeto da implementação do PAYT em Guimarães foi distinguido com vários prémios: "Prémio Obra Escrita Original" em 2014, em 2016 com uma menção honrosa na categoria "Gestão Eficiente de Recursos" do Green Projects Awards, em 2017 Guimarães foi o Município do Ano pelo prémio UMCIDADES, e tem sido alvo de várias reportagens e visitas por cidades portuguesas e estrangeiras como uma Boa Prática pela simplicidade da implementação e da qualidade dos resultados obtidos. Presentemente, com aplicação do sistema PAYT, é possível afirmar-se que a população dessa área nobre da cidade é mais "eco consciente", tendo assumido um conjunto de boas práticas no que toca à separação dos resíduos urbanos.

COMISSÃO CIENTÍFICA

ADELINO GONÇALVES
Universidade de Coimbra
Adelino Gonçalves (Oliveira do Hospital, 1970) é licenciado em Arquitetura pelo Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) e doutorado em Arquitetura (especialidade de Teoria e História da Arquitetura). É investigador associado no Centro e Estudos Sociais (CES) e professor no programa de doutoramento Cidade e Culturas Urbanas (FEUC/CES) da Universidade de Coimbra, e no Departamento de Arquitetura da FCTUC, onde é coordenador do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada e responsável pela lecionação de unidades curriculares do Mestrado Integrado em Arquitetura e do Mestrado em Reabilitação de Edifícios do Departamento de Engenharia Civil da FCTUC. Na sua atividade docente é também responsável pela lecionação de unidades curriculares no Mestrado Integrado em Arquitetura do M_EIA – Escola Internacional de Artes, Tecnologia e Cultura (Mindelo, Cabo Verde), e no Mestrado em Desenvolvimento do Território e Gestão Urbana da Universidade Lúrio (Nampula, Moçambique). A par de atividades de urbanismo e arquitetura, a sua investigação incide sobre políticas urbanas e a integração da reabilitação urbana e da salvaguarda patrimonial no desenvolvimento urbano. Sobre estes temas, é autor e coautor de várias publicações, de que destaca: 2018 - Património Urban(ístic)o e Desenvolvimento. Uma década de estudos sobre a dimensão urbana da salvaguarda e da reabilitação. Coimbra: Imprensa daUniversidade de Coimbra; 2012 - "O Planeamento (no Âmbito) da Reabilitação Urbana" in OLIVEIRA, Fernanda Paula (ed.) (2012) — Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território — Estudos, I, Coimbra: Almedina, pp. 269-77; 2010 - "Áreas urbanas para (re)habilitar as relações entre cidade e património?" in CEDOUA (2010) — Temas CEDOUA - O Novo Regime da Reabilitação Urbana. Coimbra: CEDOUA/FDUC, Almedina, pp. 75-91; 2007 - "Which urban plan for an urban heritage? An overview of recent Portuguese practice on integrated conservation". City & Time 3 (2):6, pp. 67-79.

IVO OLIVEIRA
Universidade do Minho
Professor na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (EAUM) e investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Desde maio de 2018 é membro da direção da plataforma UM-Cidades. Uma plataforma que procura promover e valorizar práticas exemplares de atuação na cidade e no território. Tem produzido investigação sobre o território extensamente urbanizado da fachada atlântica portuguesa, procurando identificar as qualidades especificas do seu espaço público. No âmbito desta temática concluiu na UM em 2015 a investigação de doutoramento com o título Revisões da Infraestrutura viária local: o reconhecimento do lugar público no território desruralizado e extensamente urbanizado. É membro da equipa do projeto de investigação NoVoid: Ruínas e Terrenos Vagos nas Cidades Portuguesas. Desde 2016 participa na plataforma digital On Being With-it que tem como objetivo global a catalogação, reflexão e divulgação das experiências pedagógicas desenvolvidas por alunos e docentes da EAUM na área de Cidade e Território.

JOSÉ AGUIAR
Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICOMOS Portugal – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
José Manuel Aguiar Portela da Costa, arquiteto (1986, FAUP e FAUTL), doutorado em 1999. Foi investigador do LNEC (1986 — 2005); é Professor Associado da FA-ULisboa, onde foi Vice-Presidente do seu Conselho Científico, Coordenador do Mestrado Integrado em Arquitetura e Diretor da Área Disciplinar de Arquitetura (Fevereiro de 2014-Janeiro 2017); é responsável científico do Grupo de Unidades Curriculares de Conservação, Restauro e Reabilitação e Coordenador dessa Especialização no Curso de Doutoramento em Arquitetura. Coordenador de Projetos de Investigação em conservação (projetos FCT e no exterior), foi Presidente do ICOMOS-Portugal (2008-2011), agora seu Vice-Presidente, representando-o no Conselho Nacional de Cultura — Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico; foi Vice-Diretor do JA e fundador da Revista Arquitetos, integrou Comissões Científicas e de Especialistas da UNESCO e do ICOMOS; foi fundador da Sociedade Portuguesa de História da Construção, da SPPC e membro da Direção da SRS-OA.

JOSÉ MIGUEL NORAS
Presidente do Conselho de Curadores da APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico
José Miguel Correia Noras, Investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo "Alexandre Herculano" da mesma Faculdade, José Miguel Correia Noras nasceu na freguesia da Póvoa da Isenta, concelho de Santarém, no dia 1 de Fevereiro de 1956. Licenciado em Gestão de Empresas, concluiu o seu Doutoramento no ramo de História, especialidade de História Regional e Local, na Universidade [Clássica] de Lisboa, com a classificação de "Aprovado com Distinção e Louvor" (atribuída por unanimidade), no dia 20 de Março de 2012. É membro efectivo da APE — Associação Portuguesa de Escritores, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Falerística de Portugal. Pertence ao Quadro de Honra da Sociedade Brasileira de Heráldica, sendo seu "Associado Emérito" desde 30 de Julho de 2004. Exerce as funções de Chanceler da Ordem Internacional do Mérito "Descobridor do Brasil Pedro Álvares Cabral", criada pela Sociedade Brasileira de Heráldica, em 1968, na cidade de São Paulo. Foi investido como Académico da Classe de Letras da Academia de Letras e Artes de Portugal, por deliberação da competente Assembleia, reunida em 2 de Setembro de 2010, e eleito Académico Honorário da Academia Portuguesa da História, conforme deliberado pela Assembleia de Académicos de Número realizada a 11 de Julho de 2012. Cabe-lhe, por eleição efectuada em 29 de Maio de 2014, a Presidência do Conselho de Curadores da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, sendo, ainda, membro do Centro Lusíada de Estudos Tecnológicos de Arquitectura e colaborador da Fundação José Saramago. xerce, cumulativamente, as funções de Coordenador do Grupo "Mais Saramago" e de Vice-Presidente do Júri do Prémio Nacional de Arquitectura "Alexandre Herculano".

MARIANA CORREIA
Presidente do Conselho de Administração do ICOMOS Portugal – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Doutorada em Conservação de Património Mundial (OBU, Oxford, Inglaterra); Mestre (CRATerre-ENSAG, Grenoble, França); Arquiteta (FA-UL, Lisboa, Portugal). Diploma das Nações Unidas em Património Mundial (UNITAR, Japão); Diploma em "World Heritage Leadership programme" (ICCROM e UICN, Noruega). Diploma em Gestão e Monitorização de Património Mundial (ICCROM, China); Diploma em Ensino da Conservação (ICCROM, Itália). Presidente da Escola Superior Gallaecia, de Arquitetura e Urbanismo, Artes e Multimédia; Diretora do Centro de Investigação Ci-ESG; Project-leader dos Projetos de Investigação SEISMIC-V da FCT (2013-2015) e projetos Europeus Versus (2012-2014) e 3dPast (2016-2020). Professora de Conservação e Restauro na esGallaecia. É consultora internacional do ICOMOS para Património Mundial. Realizou missões técnicas internacionais de avaliação na Asia (2016), em candidatura transnacional em série, na Europa (2017); e missões reativas conjuntas de monitorização World Heritage Centre-ICOMOS-ICCROM no Irão (2011), Yemen (2014-suspensa), Oman (2017) e Moçambique (2017). Membro do ICOMOS-ISCEAH e ICOMOS-CIAV. Presidente do Steering Committee do CAT, Mali, do Aga Khan Trust for Culture; Membro do Conselho de Coordenação da Rede Ibero-Americana PROTERRA; do Peer-Review do Seismic Retrofitting Project do Getty Conservation Institut; Administradora nas Fundações de Património FCO e FAFD, instituindo o Prémio Ibérico de Investigação em Arquitetura Tradicional. Autora e editora de 23 livros; deu aulas e conferências em mais de 25 países. Galardoada com o Prémio AADIPA 2017 - Prémio Europeu de Intervenção Patrimonial Arquitetónica (cat. D).

RUI PÓVOAS
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Rui Fernandes Póvoas é Professor Catedrático, agregado em Arquitetura pela Universidade do Porto (2014), Doutor em Engenharia Civil pela U. Porto (1991), Mestre em Engenharia Estrutural pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1985) e Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1977). Docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) desde 1986. Entre 1978 e 1986, foi docente da 1.ª Secção (Arquitetura) da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. A sua atividade docente estendeu- se ainda a outras Instituições, designadamente, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Escola de Engenharia da Universidade do Minho e Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Presentemente, exerce na FAUP as

funções de Diretor do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Estudos Avançados em Património Arquitetónico. Membro do ICOMOS – Comissão Nacional Portuguesa e da Sociedade Portuguesa de Estudos de História da Construção.

TERESA FERREIRA
Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Porto
Teresa Cunha Ferreira é arquiteta pela FAUP e Doutorada pelo Politécnico de Milão (em co-tutela com a FAUP, 2009). Experiência profissional na DREMN-DGEMN e estágio na Soprintendenza per i Beni Architettonici e il Paesaggio di Milano (SBAPMI), entre outras colaborações, projetos e obras de reabilitação. Desenvolve atividade de ensino como Professora Auxiliar Convidada na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (2009-17) e no Programa Doutoral da FAUP – Perfil D "Património Arquitetónico" (2012-17), orientando também dissertações de mestrado e de doutoramento. Membro Integrado do CEAU, no Grupo PACT, com participação em comissões organizadoras e científicas de conferências, assim como em diversos projetos de investigação, palestras e publicações nacionais e internacionais. Interesses de investigação: teorias, metodologias e práticas de intervenção no património; gestão e salvaguarda do património urbano, arquitetónico e paisagístico; planos de conservação preventiva e manutenção; património do século XX; história da construção; entre outros. Coordenadora do Plano de Gestão para a Conservação e Valorização dos Monumentos da Rota do Românico. Membro fundador da APRUPP, da SPEHC e membro do Conselho de Administração do ICOMOS-Portugal.

ENTIDADES REPRESENTADAS

ORGANIZAÇÃO

PRINTED BY

KONICA MINOLTA